



SIMULADO FINAL

CGE SP

**Auditor Estadual De Controle -
Especialidade Auditoria
Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CGE-SP**, cargo de **Auditor Estadual de Controle - Auditoria**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/Ugg7AnvidEura2WA8>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE	101 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE	102 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE	103 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE	104 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE	105 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE	106 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE	107 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE	108 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE	109 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE	110 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE	111 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE	112 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE	113 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE	114 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE	115 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE	116 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE	117 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE	118 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE	119 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE	120 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/TEgw>

MÓDULO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe*

1. Assinale a opção gramaticalmente correta.

- a) Ele estava quase desistindo do concurso quando recebeu uma boa notícia.
- b) O livro trata de questões bastante interessantes para o leitor iniciante.
- c) Fizemos um abaixo-assinado afim de mudar as regras do edital.
- d) Ele ficou entre eu e você durante a reunião.
- e) Não houve menos reclamações do que no ano passado.

2. Na frase: “O diretor informou ao gerente que ele deveria revisar o relatório”, a ambiguidade ocorre em função

- a) da presença de um termo homônimo.
- b) da polissemia do verbo “informar”.
- c) da imprecisão do referente pronominal.
- d) da elipse do sujeito da oração principal.
- e) da generalidade semântica do complemento verbal.

3. Sobre a construção frasal “Se chover, o evento será adiado”, avalie as sentenças a seguir:

- I. A oração introduzida por “se” expressa condição.
- II. A inversão da ordem (“O evento será adiado se chover”) não altera o sentido original.
- III. A vírgula é obrigatória na construção apresentada em II.
- IV. O conectivo “se” poderia ser substituído, sem alteração estrutural, por “caso”.

Está correto o que se afirma em

- a) I e II, apenas.

- b) I, II e IV, apenas.

- c) II e III, apenas.

- d) I, III e IV, apenas.

- e) I, II, III e IV.

4. Na linguagem sociológica e discursiva, fala-se em reificação quando um grupo humano é tratado como objeto, massa amorfa ou entidade desprovida de subjetividade e agência.

Assinale a frase em que ocorre essa estratégia.

- a) A multidão de torcedores comemorou a vitória até tarde.
- b) O exército de pesquisadores analisou os dados estatísticos.
- c) A tropa de voluntários ajudou no resgate das vítimas.
- d) A engrenagem dos consumidores movimenta a economia moderna.
- e) O conjunto de estudantes elaborou um relatório coletivo.

5. Entre as frases, assinale aquela em que há emprego inadequado das expressões “ao encontro de” e “de encontro a”.

- a) As novas diretrizes pedagógicas vão ao encontro das propostas defendidas pela comunidade escolar.
- b) A forte rajada de vento lançou o galho de encontro ao muro antigo.
- c) O posicionamento da comissão foi de encontro aos interesses do grupo que buscava mudança.
- d) O diplomata esforçou-se para que o acordo fosse ao encontro das demandas internacionais.
- e) As decisões tomadas pela diretoria foram ao encontro dos resultados positivos apresentados, o que agravou o quadro.

6. Assinale a frase que apresenta o uso incorreto do acento indicativo de crase.

- a) Assim que retornou à fazenda, encontrou a família reunida para o jantar.
- b) O mensageiro dirigiu-se respeitosamente à senhora que o aguardava.
- c) A comitiva partiu à noite, evitando a forte insolação do deserto.
- d) As propostas apresentadas não agradaram à nenhum dos conselheiros presentes.
- e) A disputa levou muitos jovens à exaustão, tamanha era a dureza das provas.

7. Analise o uso do “se” em cada caso e assinale a opção em que ele funciona como índice de indeterminação do sujeito.

- a) Não se encontrou solução imediata para o impasse.
- b) Admira-se quem não conhece o esforço daqueles homens.
- c) À distância, se percebia uma névoa fina subindo pelo vale.
- d) As tropas se dispersaram quando cessou o ataque.
- e) Falava-se dos acontecimentos com grande ansiedade.

8. Em diversos cursos profissionalizantes, os alunos participam de atividades práticas, como oficinas de eletrônica, laboratórios de informática e projetos de robótica. Além disso, muitas instituições incentivam práticas sociais, como visitas a instituições de acolhimento e campanhas de doação.

É correto afirmar que, nas duas ocorrências, a conjunção destacada atua como elemento de

- a) consequência.
- b) oposição.
- c) exemplificação.
- d) finalidade.
- e) conformidade.

9. Assinale a opção em que a retirada do artigo implica alteração de sentido na frase.

- a) Ele permaneceu acordado todo o dia, aguardando notícias do exame.
- b) Encontramos o nosso antigo professor diante da escola.
- c) O diretor explicou novamente os procedimentos aos pais.
- d) Visitamos a Argentina no período das férias.
- e) Chamaram o Pedro para esclarecer a situação.

10. Assinale a opção a seguir em que o termo introduzido pela preposição DE apresenta um valor de causa.

- a) Os convidados riram de alegria ao ver a surpresa preparada.
- b) A mesa foi ornamentada com tecidos de renda.
- c) O aluno respondeu de memória às perguntas do professor.
- d) Eles conversaram longamente de trabalho.
- e) A carta foi redigida de forma objetiva.

11. Observe o seguinte texto publicitário:

Quem aprecia verdadeiramente o bom gosto escolhe cafés premium. Faça parte desse grupo seleto!

O processo de convencimento dos consumidores, nesse caso, é o da:

- a) intimidação pela vergonha.
- b) intimidação pelo medo.
- c) apelação para a vaidade.
- d) apelo a alguma vantagem financeira.
- e) apelo a um sentimento de urgência.

12. Observe o seguinte texto:

“Muitos professores defendem que o ensino presencial favorece a interação social; outros, no entanto, argumentam que o ensino a distância amplia o acesso e a flexibilidade.”

Nesse caso,

- a) o argumentador apresenta sua própria opinião.
- b) o texto mostra uma opinião como verdade absoluta.
- c) estão presentes no texto diversas opiniões.
- d) o argumentador mostra sua opinião apoiada por outros.
- e) o texto apresenta e aprofunda apenas uma opinião.

LÍNGUA INGLESA*Adolfo Sá*

‘The Chinese will not pause’: Volvo and Polestar bosses urge EU to stick to 2035 petrol car ban

As the battle lines harden amid Germany’s intensifying pressure on the European Commission to scrap the 2035 ban on production of new petrol and diesel cars, two Swedish car companies, Volvo and Polestar, are leading the campaign to persuade Brussels to stick to the date.

They argue such a move is a desperate attempt to paper over the cracks in the German car industry, adding that it will not just prolong take up of electric vehicles but inadvertently hand the advantage to China.

“Pausing 2035 is just a bad, bad idea. I have no other words for that,” says German-born Michael Lohscheller, the chief executive of Polestar, Europe’s only all-electric car manufacturer.

“If Europe doesn’t take the lead in this transformation, be rest assured, other countries will do it for us.”

The German chancellor, Friedrich Merz, has called on the European Commission president, Ursula von der Leyen, to soften the 2035 cutoff date. He has asked her to permit the manufacture of new hybrid and highly efficient combustion engine cars beyond 2035 as consumers are still hesitant to buy EVs.

“We’re sending the right signal to the commission with this letter,” Merz said, adding that the German government wanted to protect the climate in “a technology-neutral way”.

Sitting in Polestar’s glass panelled offices in Gothenburg in [Sweden](#), Lohscheller, cannot believe what is unfolding.

His attempts to take part in the EU’s year-old “strategic dialogue” on the future of the car industry were snubbed. “I wrote twice, I’m not even sure we got an answer to the second letter,” he says.

Across the road in Gothenburg, high above the giant [Volvo](#) assembly plant, Håkan Samuelsson, the 74-year-old chief executive of Volvo Cars, has seen it all.

“I don’t see the logic in slowing down,” he says.

Samuelsson likens the resistance mounted by the multibillion car industry to the opposition to catalytic converters, and to seatbelts 50 years ago.

“If they were not mandatory, we would probably have 30% of our cars without seatbelts and if you consider the additional cost we probably wouldn’t have any cars with catalytic converters either unless they were mandatory,” he says.

Volkswagen and BMW, Samuelsson says, “can do with they like”, but if they take the foot off the electrification pedal, they will just widen the gap for China.

“The Chinese will set up factories in Hungary and Slovakia, Romania ... in low labour cost markets. I don’t think it’s possible to keep them out of the EU with tariffs. You just need to meet them face on and compete with them,” he says.

<http://theguardian.com/business/2025/dec/02/china-volvo-polestar-eu-2035-petrol-car-sweden-germany>

13. The main conflict described in the text revolves around:

- a) disagreement over tariffs on Chinese imports.
- b) Germany’s pressure to relax the 2035 ban versus Swedish firms advocating to maintain it.
- c) competition between Volvo and Polestar for EU subsidies.
- d) China’s refusal to enter the European market.
- e) Ursula von der Leyen’s plan to ban all hybrid cars immediately.

14. The expression “paper over the cracks” most nearly means:

- a) hide structural problems.
- b) accelerate technological progress.
- c) negotiate a fair compromise.
- d) expose industry weaknesses.
- e) improve manufacturing standards.

15. According to Samuelsson, if Europe slows electrification, Chinese companies will:

- a) stop exporting due to EU tariffs.
- b) focus solely on Asian markets.
- c) create factories in low-cost EU countries.
- d) switch production entirely to hybrids.
- e) relocate their operations to Germany.

16. The tone of the executives from Volvo and Polestar can be best characterized as:

- a) neutral and descriptive.
- b) pessimistic and defeatist.
- c) humorous and sarcastic.
- d) persuasive and urgent.
- e) detached and analytical.

17. According to the text, Volvo and Polestar argue that delaying the 2035 ban would mainly:

- a) strengthen Europe’s leadership in electric mobility.
- b) protect German industry from foreign competition.
- c) benefit China in the electric vehicle transition.
- d) allow consumers more time to adopt electric cars.
- e) reduce pressure on hybrid vehicle manufacturers.

18. In the sentence “Pausing 2035 is just a bad, bad idea,” the repetition of “bad” conveys:

- a) irony about the complexity of the issue.
- b) minimization of the seriousness of the proposal.
- c) strong emphasis and emotional intensity.
- d) uncertainty regarding the speaker’s opinion.
- e) a humorous criticism of the EU’s strategy.

19. In the sentence "His attempts to take part in the EU’s year-old “strategic dialogue” on the future of the car industry were snubbed.", the word *SNUBBED* could be replaced, without changing its meaning, by:

- a) acknowledged.
- b) ignored.
- c) supported.
- d) accelerated.
- e) supervised.

20. In the context of the discussion about resistance to technological change, the seatbelt is mentioned in the text to:

- a) illustrate how consumers usually demand mandatory safety devices.
- b) show that past technological innovations were eagerly accepted by the car industry.
- c) compare historical opposition to safety measures with current resistance to electrification.
- d) argue that the EU should focus primarily on safety regulations instead of environmental ones.
- e) demonstrate that catalytic converters were more important than seatbelts for public safety.

**FUNDAMENTOS DE AUDITORIA
GOVERNAMENTAL***Guilherme Sant'Anna*

21. Nos termos da CF/88, avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado é uma competência (ou finalidade) do(a):

- a) Tribunal de Contas da União, no auxílio prestado ao Congresso Nacional, em sede de controle interno.
- b) Controladoria Geral da União, em sede de controle interno.
- c) Sistema de Controle Interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, que deverão atuar de forma integrada.
- d) Tribunal de Contas da União, no auxílio prestado ao Congresso Nacional, em sede de controle externo.
- e) Sistema de Controle Interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, que deverão atuar dentro de seus limites e responsabilidades.

22. Mário, responsável pela unidade de auditoria interna de uma universidade estadual, ao longo do primeiro semestre de 2024, tomou conhecimento de uma situação que se configurava em ofensa ao princípio da moralidade, previsto no art. 37 da CF/88. Analisando suas competências e responsabilidades, concluiu que deveria tomar todas as providências relacionadas à questão internamente, no âmbito do Sistema de Controle Interno. De acordo com o regramento constitucional, Mário agiu de forma:

- a) correta, uma vez que as finalidades do Sistema de Controle Interno não se confundem com as competências do Tribunal de Contas.
- b) incorreta, pois deveria ter dado ciência do fato ao Tribunal de Contas, sob pena de responder de forma subsidiária.

c) correta, dado que o controle interno se sobrepõe ao controle externo em questões dessa natureza.

d) incorreta, pois deveria ter dado ciência do fato ao Tribunal de Contas, sob pena de responder de forma solidária.

e) correta, considerando que Mário possui discricionariedade para tomar as decisões relacionadas ao fato narrado.

23. Considerando o disposto na CE/89, assinale a alternativa que traz uma finalidade do Sistema de Controle Interno:

- a) avaliar a execução das metas previstas no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual.
- b) emitir parecer sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios.
- c) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado.
- d) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.
- e) exercer o controle sobre o deferimento de vantagens e a forma de calcular qualquer parcela integrante do subsídio, vencimento ou salário de seus membros ou servidores.

24. Maria, titular de uma UAIG integrante do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado de São Paulo, tomou conhecimento de uma irregularidade relacionada a um ato praticado por um agente da unidade a qual estava vinculada. A irregularidade em questão ocasionou prejuízo ao erário. De acordo com a Lei Complementar 1.419/2024, Maria deve:

- a) dar ciência do fato à Controladoria Geral do Estado.
- b) dar ciência do fato ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.
- c) tomar todas as medidas para responsabilizar o agente em âmbito interno.
- d) dar ciência do fato ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- e) dar ciência do fato à Corregedoria Geral do Estado.

25. Avalie os itens a seguir

I. O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual corresponde às atividades de Auditoria Interna Governamental.

II. Considera-se Auditoria Interna Governamental a atividade independente e objetiva de fiscalização e controle, estruturada para aprimorar as operações dos órgãos e das entidades da Administração Pública estadual.

III. As auditorias internas da Administração Pública direta compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, na qualidade de unidades setoriais.

Estão corretas:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I e III, apenas.

26. Nos termos do Decreto 69.183/24, compete à Diretoria de Auditoria Financeira e de Contratações, EXCETO:

- a) coordenar o planejamento e a execução das auditorias nas áreas contábil, de pessoal, de licitações e contratos, parcerias e concessões.
- b) coordenar o planejamento e a execução das auditorias e consultorias em políticas públicas nas áreas da gestão e infraestrutura, definidas no plano anual de auditoria.
- c) prestar informações tempestivas sobre os trabalhos da Diretoria.
- d) avaliar a consistência dos dados constantes no Relatório de Gestão Fiscal.
- e) fomentar as boas práticas de governança direcionadas à simplificação administrativa e à modernização da gestão pública estadual.

27. Nos termos do Decreto 69.183/24, assinale a alternativa que NÃO apresenta competência da Auditoria Geral do Estado:

- a) exercer a função de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.
- b) auditar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) emitir recomendações com a finalidade de aperfeiçoar os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.
- d) promover medidas que visem ao aperfeiçoamento da qualidade dos processos de trabalho, dos produtos emitidos, da eficiência e da eficácia da atividade de auditoria interna governamental.
- e) fomentar a gestão de riscos e a implementação dos controles internos administrativos no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Estado, a fim de evitar práticas de corrupção, de fraude, de desvios éticos e de outros ilícitos.

28. A atividade de auditoria interna governamental tem como propósito:

- a) auxiliar as organizações públicas a realizarem seus objetivos.
- b) proteger o valor organizacional das instituições públicas e privadas, fornecendo avaliação, assessoria e apuração baseados em risco.
- c) aumentar o valor organizacional das instituições públicas e privadas, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco.
- d) aumentar e proteger o valor organizacional das instituições públicas, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco.
- e) adicionar valor e melhorar as operações de uma organização.

29. A atividade do planejamento em que os auditores internos devem coletar e analisar dados e informações sobre a Unidade Auditada, com o intuito de obter conhecimento suficiente sobre seu propósito, funcionamento, principais riscos e medidas tomadas pela administração para mitigá-los, de forma a estabelecer os objetivos dos trabalhos, os exames a serem realizados e os recursos necessários para a realização da auditoria é denominada:

- a) definição do objetivo e do escopo do trabalho.
- b) análise preliminar do objeto da auditoria.
- c) designação do auditor responsável pela coordenação dos trabalhos.
- d) elaboração do programa de trabalho.
- e) alocação da equipe de auditoria.

30. Por meio dos trabalhos que executam, os auditores internos governamentais entram em contato com uma grande variedade de temas essenciais para o funcionamento das organizações. Ademais, por intermédio de suas análises e recomendações, normalmente demonstram conhecimento a respeito de normas e de outros temas complexos e relevantes para as unidades, como controles internos e riscos. Diante disso, é possível que a alta administração da Unidade Auditada entenda ser oportuno aconselhar-se com ou contar com o apoio dos auditores sobre esses e outros assuntos com os quais eles lidam no seu dia a dia. Esse tipo de serviço prestado pelos auditores em resposta à solicitação das Unidades Auditadas denomina-se:

- a) apuração.
- b) avaliação.
- c) consultoria.
- d) assessoramento.
- e) aconselhamento.

31. Envolve observar as atividades de determinados indivíduos sem o seu conhecimento. Pode ser considerada pelos auditores como metodologia regular e legítima para viabilizar a evidenciação de fraude, porém, o auditor interno governamental deve receber treinamento específico, caso seja designado para desempenhá-la, dado que sua execução compreende riscos, inclusive de integridade física.

O texto acima refere-se a(o)(s):

- a) observação direta.
- b) entrevistas.
- c) análise de dados e documentos.
- d) vigilância.
- e) trabalhos individuais de avaliação.

32. A comunicação de resultados consiste na principal oportunidade para a atividade de auditoria interna reforçar o seu valor perante a organização, ressaltando o conhecimento dos auditores internos governamentais sobre os processos de negócios e a capacidade da auditoria interna de contribuir para o alcance dos objetivos da organização.

Nesse contexto, assinale a alternativa CORRETA:

- a) comunicações completas são aquelas facilmente compreendidas pelo público-alvo. Para isso, devem ser lógicas e fornecer todas as informações significativas e relevantes.
- b) segundo o requisito da clareza, a equipe deve considerar toda informação essencial para o público-alvo, ou seja, todas as informações significativas e relevantes que apoiem conclusões e recomendações das comunicações.
- c) as comunicações precisas são livres de erros e distorções e são fiéis aos fatos e evidências que lhes dão suporte.
- d) comunicações objetivas evitam a elaboração desnecessária, detalhes supérfluos, redundância, prolixidade e informações dispensáveis, insignificantes ou não relacionadas ao trabalho.
- e) as comunicações construtivas são justas, imparciais, neutras, livres de influência indevida.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

33. O artigo 5º, XIII, da Constituição da República estabelece que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. À luz da classificação doutrinária das normas constitucionais quanto à eficácia e à aplicabilidade, tal dispositivo deve ser considerado uma norma

- a) de eficácia plena, pois produz todos os seus efeitos desde a promulgação da Constituição e não admite restrições por lei ordinária.

- b) de eficácia limitada, pois depende da edição de lei integradora para que o direito nela previsto possa ser exercido.

- c) de eficácia contida, pois possui aplicabilidade imediata, mas pode ter o seu alcance restringido por lei que estabeleça qualificações profissionais.

- d) meramente programática, por veicular apenas diretrizes e objetivos a serem concretizados gradualmente pelo Estado.

- e) de eficácia exaurida, uma vez que já teria sido integralmente cumprida com a edição da legislação infraconstitucional pertinente.

34. O Estado Ômega editou lei determinando que hipermercados e estabelecimentos congêneres fossem obrigados a fornecer, sem qualquer custo, sacolas reutilizáveis ou outras embalagens aos consumidores para acondicionamento das compras realizadas. A norma foi justificada como forma de proteção do consumidor e de redução de impactos ambientais, sem previsão de qualquer mecanismo de compensação financeira aos comerciantes. Associação representativa do setor supermercadista ajuizou ação direta de inconstitucionalidade no STF. Assinale a alternativa correta.

- a) A lei é constitucional, pois se insere no âmbito da competência concorrente dos Estados em matéria ambiental e de consumo.

- b) A lei é inconstitucional, pois impõe prestação gratuita acessória desproporcional, interferindo indevidamente na livre iniciativa e na ordem econômica.

- c) A lei é inconstitucional apenas se alcançar pequenos comerciantes, por violar o princípio da isonomia em relação às grandes redes.

- d) A lei é constitucional, pois a tutela do consumidor autoriza impor obrigações gratuitas sempre que houver potencial benefício ambiental.

- e) A lei é constitucional, pois se limita a disciplinar forma de exposição e fornecimento de embalagens, sem impactos relevantes na atividade econômica.

35. Durante sessão plenária da Assembleia Legislativa do Estado Gama, uma deputada estadual, ao criticar a gestão de obras públicas, afirmou que o governador seria “desonesto” e “desviaria sistematicamente recursos de contratos de infraestrutura”. O governador ajuizou ação indenizatória por danos morais em face do Estado, alegando responsabilidade civil objetiva pelas declarações da parlamentar. O Estado sustentou que a manifestação estava amparada pela imunidade material. Assinale a alternativa correta.

- a) O Estado responde objetivamente, pois a imunidade material apenas impede ações contra a deputada, mas não afasta a obrigação estatal de indenizar terceiros lesados.
- b) O Estado responde de forma subsidiária, já que, em razão da imunidade, o governador não pode demandar diretamente a parlamentar, restando como alternativa acionar o ente público.
- c) O Estado não responde por fala acobertada pela imunidade material e, se houver abuso fora de seus limites, eventual responsabilidade recai diretamente sobre a parlamentar.
- d) O Estado só deixará de responder se a fala tiver ocorrido em redes sociais, já que a imunidade material protege apenas manifestações no recinto legislativo.
- e) O Estado sempre responde objetivamente pelas manifestações de seus agentes, sendo irrelevante a existência de imunidade parlamentar material.

36. Marina, brasileira nata, mudou-se em caráter definitivo para a Alemanha, onde, por iniciativa própria, requereu e obteve a nacionalidade alemã, sem formular qualquer pedido perante autoridade brasileira. Anos depois, ao retornar ao Brasil, é informada de que, no passado, brasileiros podiam perder a nacionalidade em razão de naturalização voluntária em outro país.

À luz da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 131/2023, é correto afirmar que:

- a) Marina perdeu automaticamente a nacionalidade brasileira ao se naturalizar alemã, pois a Constituição continua vedando a dupla nacionalidade por opção voluntária.
- b) Marina só manterá a nacionalidade brasileira se demonstrar que a naturalização alemã era condição para residir na Alemanha ou para exercício de direitos civis naquele país.
- c) A simples aquisição voluntária da nacionalidade alemã não provoca perda da nacionalidade brasileira, podendo Marina conservar ambas as nacionalidades.
- d) Marina perdeu a nacionalidade brasileira e somente poderá readquiri-la se preencher novamente os requisitos de naturalização impostos a estrangeiros residentes no Brasil.
- e) Ao adquirir outra nacionalidade, Marina deixou de ser considerada brasileira nata e passou a ser tratada como estrangeira com residência permanente no país.

37. O Município Aurora editou lei autorizando o Prefeito a instituir programa municipal de apoio a pessoas desempregadas residentes na cidade. O programa prevê pagamento de auxílio financeiro mensal de valor reduzido, oferta obrigatória de cursos de capacitação e participação dos beneficiários em atividades de interesse social por até seis meses, prorrogáveis uma vez, deixando claro que não se estabelece vínculo funcional ou trabalhista com a Administração e vedando a substituição de servidores efetivos por participantes do programa. O Ministério Público propôs ação, alegando fraude ao concurso público. À luz da orientação do STF, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A constitucionalidade do programa pressupõe que ele não seja utilizado como forma indireta de reorganizar o quadro de pessoal, devendo prevalecer sua feição assistencial e de reinserção social.
- b) A inexistência de vínculo jurídico de emprego público entre beneficiário e Município afasta a incidência do regime constitucional do concurso público.
- c) A lei é compatível com a CF, pois configura política assistencial e de qualificação profissional voltada a pessoas em situação de vulnerabilidade, e não mecanismo de provimento de cargos.
- d) A lei é inconstitucional, pois qualquer prestação de serviços em favor do Município caracteriza contratação temporária de pessoal e exige prévia aprovação em concurso.
- e) O precedente de repercussão geral sobre contratação temporária de servidores não se aplica automaticamente, uma vez que o programa não tem natureza de provimento de cargos públicos.

38. A Constituição do Estado Alfa foi alterada para prever que deputados estaduais, quando convocados para sessão legislativa extraordinária, fariam jus a uma parcela indenizatória por sessão, a ser paga cumulativamente ao subsídio, podendo, na soma, ultrapassar o valor mensal deste. A Mesa Diretora sustentou que a verba teria caráter compensatório pelo trabalho em período não ordinário. Partido político propôs ação direta de inconstitucionalidade no STF contra a norma estadual. Assinale a alternativa correta.

- a) A norma estadual é válida, pois se trata de parcela indenizatória, que não integra o subsídio e pode superar o valor mensal deste sem ofensa à Constituição.
- b) A norma é inconstitucional, pois o modelo remuneratório dos deputados estaduais deve observar o padrão federal, que veda o pagamento de parcela adicional específica pela convocação a sessão extraordinária.
- c) A norma é constitucional, em razão da autonomia organizatória dos Estados, que permite fixar livremente vantagens financeiras aos parlamentares.
- d) A norma apenas seria inconstitucional se não estivesse prevista em lei formal, mas fosse instituída por ato da Mesa da Assembleia.
- e) A norma é constitucional, pois a proibição prevista para o Congresso Nacional não alcança as Assembleias Legislativas, diante da inexistência de determinação expressa de simetria.

39. O Estado Ônix aprovou a Lei nº 10.213/2024, de iniciativa de um deputado estadual, que estabelece diretrizes e objetivos gerais de uma política pública prestacional na área de assistência social. A execução dessa política, uma vez implementada, implicará aumento de despesa, e a lei determinou que o Governador deverá expedir decreto regulamentar para viabilizar sua aplicação.

À luz da Constituição de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) o tema é reservado a lei complementar, pois envolve política pública de caráter continuado com impacto orçamentário.
- b) a iniciativa do projeto era privativa do Chefe do Executivo, em razão do aumento de gasto decorrente da implementação da política.
- c) a previsão de que o Governador regulamente a lei viola a separação de poderes, por impor obrigação normativa ao Executivo.
- d) a iniciativa era privativa do Governador por tratar de estrutura e atribuições de órgãos da Administração estadual.
- e) a Lei nº 10.213/2024 não apresenta vício de iniciativa e, ao atribuir ao Executivo a tarefa de regulamentá-la, não afronta o princípio da separação de poderes.

40. O dever de motivar as decisões judiciais é elemento central de controle democrático da jurisdição. Tornar explícitas as razões que conduziram ao convencimento do julgador permite verificar a correção e a efetividade do provimento jurisdicional.

Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) A jurisprudência consolidou a nulidade da chamada fundamentação per relationem, quando o juiz adota, de forma expressa, as razões lançadas em parecer do Ministério Público.
- b) O dever de motivação recai apenas sobre sentenças e acórdãos, não sendo exigido em decisões interlocutórias.
- c) Os julgamentos do Poder Judiciário são, em regra, públicos e todas as decisões devem ser fundamentadas, sob pena de nulidade.
- d) Nos processos que tramitam em segredo de justiça, dispensa-se a fundamentação para resguardar a intimidade das partes ou o interesse público.
- e) Em nome da eficiência e da celeridade, admite-se a dispensa de fundamentação em decisões proferidas pelos tribunais, desde que unâнимes.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

41. No Município fictício de Serra Azul, o Secretário de Obras, Sr. Ricardo Almeida, diante de laudo técnico emitido pelo setor de engenharia que apontava risco iminente de desabamento de um edifício residencial, editou portaria determinando a interdição imediata do imóvel e a desocupação compulsória, sem prévia oitiva dos moradores, fundamentando o ato na supremacia do interesse público e na necessidade de preservação da vida e da segurança coletiva.

Considerando a situação narrada e o regime jurídico dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) O ato possui natureza bilateral, pois atinge diretamente a esfera jurídica dos particulares e depende de aceitação expressa dos interessados para produzir efeitos válidos.
- b) O ato é inválido, pois a Administração não possui competência para impor obrigações diretamente aos particulares sem autorização judicial prévia, ainda que haja risco iminente.
- c) O ato é válido, pois consubstancia manifestação unilateral de vontade da Administração, dotada de atributos como imperatividade, autoexecutoriedade e presunção de legitimidade.
- d) O ato é inválido, uma vez que atos administrativos não podem ser dotados de imperatividade quando atingem direitos fundamentais, como moradia e propriedade.
- e) O ato não pode ser considerado administrativo, pois a ausência de processo administrativo prévio compromete automaticamente sua existência jurídica.

42. No que se refere aos poderes da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) O poder disciplinar é exclusivo para aplicação de sanções a particulares contratados pela Administração, não sendo cabível em relação aos servidores públicos efetivos.

b) O poder hierárquico confere à Administração competência para editar leis em sentido formal, sempre que houver necessidade de reorganização interna dos órgãos.

c) O poder regulamentar autoriza o Chefe do Poder Executivo a criar normas com força de lei, independentemente de autorização do Poder Legislativo.

d) O poder de polícia autoriza a Administração a restringir, condicionar e fiscalizar o exercício de direitos individuais em benefício do interesse coletivo, nos limites da legalidade.

e) O poder hierárquico impede a revisão dos atos praticados por subordinados, garantindo-lhes autonomia decisória plena.

43. Considerando o regime constitucional dos princípios administrativos, assinale a alternativa correta.

a) Os princípios expressos restringem-se a leis estaduais, não alcançando a Administração Pública federal ou municipal.

b) O princípio da moralidade administrativa possui natureza implícita, porque sua formulação depende apenas de construções doutrinárias.

c) O princípio da razoabilidade está expressamente previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, ao lado dos demais princípios administrativos.

d) Os princípios expressos são aqueles que podem ser identificados nominalmente no texto constitucional ou legal, possuindo aplicação direta e imediata.

e) O princípio da eficiência sempre integrou o texto original da Constituição de 1988 como princípio de aplicação expressa e obrigatória.

44. O servidor público Paulo, no exercício regular de suas funções, conduzia veículo oficial em serviço quando ocorreu atropelamento da pedestre Carla. Durante a apuração dos fatos, foi comprovado que Carla atravessou a via fora da faixa de pedestres, em local proibido, desrespeitando a sinalização existente e agindo de forma totalmente imprudente, enquanto o servidor respeitava as regras de trânsito.

Considerando a teoria da responsabilidade civil do Estado, o nexo causal e as causas excludentes e atenuantes da responsabilidade estatal, assinale a alternativa correta.

- a) O Estado deve indenizar integralmente, pois a teoria do risco integral é a regra geral adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro.
- b) A culpa exclusiva da vítima configura hipótese capaz de excluir a responsabilidade civil do Estado, por romper o nexo de causalidade.
- c) O caso fortuito e a força maior jamais afastam a responsabilidade do Estado, ainda que sejam inevitáveis e imprevisíveis.
- d) A responsabilidade civil do Estado exige, como regra geral, a comprovação de dolo do agente público para gerar o dever de indenizar.
- e) A existência de nexo causal entre a conduta estatal e o dano não é requisito necessário para a responsabilização do Estado.

45. De acordo com a Lei nº 8.429/1992 de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) A investidura e o efetivo exercício no cargo de agente público ficam condicionados à apresentação da declaração de imposto de renda e de bens e valores de qualquer natureza, previamente entregue à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Ademais, essa declaração deverá ser atualizada anualmente, bem como na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.
- b) A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.
- c) Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.
- d) A mera perda patrimonial decorrente da atividade econômica não acarretará improbidade administrativa, salvo se comprovado ato doloso praticado com essa finalidade.
- e) O Ministério Público poderá celebrar acordo de não persecução civil, desde que esse ajuste seja submetido à aprovação, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, pelo órgão do Ministério Público competente para apreciar as promoções de arquivamento de inquéritos civis, quando a celebração ocorrer em momento anterior ao ajuizamento da ação.

46. No que se refere aos serviços públicos, especialmente quanto às formas de delegação, suas classificações e princípios aplicáveis, assinale a opção correta.

- a) A concessão de serviço público caracteriza-se como ato administrativo unilateral, de natureza discricionária, que pode ser conferido tanto a pessoas físicas quanto a pessoas jurídicas, independentemente de procedimento licitatório, desde que presente o interesse público manifesto.
- b) A permissão de serviço público é formalizada por contrato administrativo via licitação, possui natureza precária, pode ser revogada unilateralmente pelo poder concedente mediante decisão motivada por interesse público e costuma ser utilizada para serviços de menor complexidade estrutural e econômica.
- c) A autorização de serviço público encontra previsão expressa no art. 175 da Constituição Federal, sendo integralmente disciplinada pela Lei nº 8.987/1995, possuindo, obrigatoriamente, natureza contratual e estabilidade semelhante à concessão.
- d) Concessão, permissão e autorização são institutos juridicamente equivalentes, submetidos ao mesmo regime de estabilidade, com exigência obrigatória de licitação em modalidade concorrência pública e com idênticas hipóteses de extinção contratual.
- e) A concessão de serviço público pode ser atribuída a pessoas físicas quando se tratar de serviços classificados como *uti singuli* ou de baixo custo operacional, desde que haja autorização legislativa específica.

47. O Governador do Estado fictício de Serra Dourada, Sr. Rodrigo Alves, decidiu reorganizar a gestão do sistema estadual de transporte. Até então, o serviço era executado diretamente por uma secretaria estadual. Posteriormente, foi criada, por lei específica, uma autarquia estadual para assumir a execução do serviço. Além disso, a própria secretaria passou por reorganização interna, com criação de novos departamentos e divisões administrativas.

No que se refere à organização da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) A criação da autarquia caracteriza fenômeno de concentração administrativa, enquanto a criação de novos departamentos internos caracteriza descentralização administrativa, pois ambos os casos envolvem redistribuição de competências.
- b) A reorganização interna da secretaria, com criação de departamentos e divisões, configura descentralização administrativa, pois houve transferência de competências entre pessoas jurídicas distintas.
- c) Todo o caso retrata situação de centralização administrativa, pois o serviço continuou sendo prestado no âmbito do Poder Executivo estadual, independentemente da criação de nova entidade.
- d) A situação configura descentralização política, visto que a autarquia criada passou a possuir autonomia legislativa e capacidade de auto-organização semelhante aos entes federativos.
- e) A transferência do serviço para a autarquia caracteriza hipótese típica de descentralização administrativa, enquanto a criação de departamentos internos caracteriza desconcentração administrativa, por se tratar de mera reorganização interna sem criação de nova pessoa jurídica.

48. No Município de Monte Claro, o Prefeito determinou a contratação direta de obra pública sem a prévia obtenção das licenças ambientais exigidas. Diante do ocorrido, a Câmara Municipal instaurou procedimento de fiscalização, enquanto o cidadão João ingressou com ação judicial buscando a invalidação do ato administrativo praticado.

No que se refere ao controle da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) O controle exercido pela Câmara Municipal possui natureza interna, pois decorre da estrutura organizacional do próprio Poder Executivo e se limita à hierarquia administrativa interna.
- b) O controle judicial pode, como regra geral, analisar não apenas a legalidade, mas também a conveniência e a oportunidade dos atos administrativos, podendo substituir o administrador na tomada de decisões.
- c) O controle legislativo caracteriza-se como controle externo e permite a fiscalização dos atos do Poder Executivo, inclusive no que se refere à legalidade dos atos administrativos e à aplicação dos recursos públicos.
- d) O controle judicial é exercido, via de regra, de ofício pelos magistrados e possui natureza predominantemente preventiva, não dependendo de provocação do interessado.
- e) O controle administrativo é exercido exclusivamente pelo Poder Judiciário, sendo este o único órgão competente para revisar e anular atos administrativos ilegais.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Elisabete Moreira

49. O Referencial estratégico das organizações envolve a escolha de ferramentas, análise de cenários e indicadores de desempenho, entre outras variáveis, visando o levantamento de informações que auxiliem no processo de construção do planejamento nas organizações. Alguns critérios são fundamentais para abastecer os avaliadores de parâmetros que permitam realizar julgamento. Com relação aos critérios de avaliação, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () A eficácia corresponde aos resultados sociais (outcomes) com a redução do problema e a geração de valor para a população.
- () A economicidade está relacionada ao grau de utilização dos recursos.
- () A eficiência operacional está associada à análise dos custos e prazos esperados em relação ao realizado.
- () A produtividade refere-se ao nível de saídas de um processo produtivo.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, V, F e V.
- b) F, V, V e V.
- c) V, F, F e F.
- d) V, V, F e V.
- e) F, F, V e F.

50. A respeito do setor público e da participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas, avalie as seguintes alternativas:

- I. A composição dos conselhos de gestão não é definida pela Constituição Federal de 1988, mas por lei, podendo variar caso a caso e receber características próprias.
- II. Os conselhos gestores são órgãos públicos, plurais, regidos por regulamento próprio, cuja composição deve atender ao princípio da paridade.
- III. As conferências são espaços não oficiais ou informais de deliberação das diretrizes gerais de determinada política pública, cujos resultados serão incorporados às agendas institucionais.

Assinale a opção correta.

- a) Somente a I está correta.
- b) Somente a II está correta.
- c) Somente a III está correta.
- d) I, II, III estão corretas
- e) Somente a I e III estão corretas.

51. No contexto das políticas públicas, a dinâmica das relações entre os atores pode obedecer a padrões que geram conflitos, situações competitivas ou mesmo situações em que trocas geram benefícios mútuos. Um dos fatores relevantes que consiste em um acordo ou uma aliança, duradoura ou não, a fim de viabilizar alguns dos objetivos das partes envolvidas, com pequenos pontos de interesse comum, embora permaneçam suas divergências com relação a muitos outros temas, é denominado:

- a) Autoridades de interesse.
- b) Coalizões de interesse.
- c) Conluíus de interesse.
- d) Debates de interesses.
- e) Pressão na defesa de interesses.

52. No ciclo de políticas públicas, a formulação de soluções passa pelo estabelecimento de objetivos e construção de alternativas, etapa na qual definem, além de métodos, programas, estratégias e ações, mecanismos genéricos para a indução do comportamento, a exemplo de soluções técnicas. No caso de um problema de pichação de muros e paredes nas grandes cidades, qual a forma mais adequada de solução técnica que pode ser utilizada pelo policymaker:

- a) criar leis mais severas para infratores.
 - b) desenvolver recompensas materiais para delatores.
 - c) criar escolas de conversão artística dos pichadores.
 - d) destinar verba pública contínua para recuperação de muros.
 - e) fazer campanhas de conscientização com a comunidade pichadora.
-

53. A análise contemporânea sobre a administração pública destaca que a corrupção não é apenas um desvio moral individual, mas um fenômeno influenciado por arranjos institucionais e organizacionais. Da mesma forma, a qualidade das políticas públicas depende de fatores que vão além da vontade política. Com base nessa premissa, assinale a alternativa correta sobre os fatores que influenciam a incidência de corrupção ou promovem a qualidade das políticas públicas.

- a) O aumento da discricionariedade dos agentes públicos, quando acompanhado pela redução dos mecanismos de *accountability*, tende a diminuir a incidência de corrupção devido à agilidade nos processos.
- b) A transparência ativa é considerada um entrave à eficiência das políticas públicas, pois expõe excessivamente a gestão a críticas infundadas.
- c) A existência de monopólio na prestação de um serviço público, somada à baixa transparência e à alta discricionariedade do agente, compõe a fórmula clássica que favorece a ocorrência de corrupção.
- d) A profissionalização da burocracia e o recrutamento meritocrático são fatores que, no passado, pouco impactaram na qualidade e na continuidade das políticas públicas de Estado.
- e) O controle social é um fator que tende a elevar a corrupção, pois aumenta o número de atores envolvidos na negociação de interesses.

54. No âmbito do Novo Institucionalismo, as instituições são frequentemente definidas como "as regras do jogo" em uma sociedade. Considerando essa abordagem teórica e sua aplicação na gestão governamental, assinale a alternativa que descreve corretamente o papel das instituições nas políticas públicas.

- a) O papel primordial das instituições é aumentar a incerteza nos processos políticos, garantindo que os resultados das políticas sejam sempre imprevisíveis e sujeitos à vontade do líder momentâneo.
- b) As instituições têm a função de estruturar as interações políticas, econômicas e sociais, reduzindo os custos de transação e fornecendo estabilidade e previsibilidade para a implementação de políticas públicas.
- c) O conceito de instituições restringe-se exclusivamente aos órgãos físicos do governo (como ministérios e secretarias), não englobando normas, leis ou códigos de conduta informais.
- d) Instituições fortes e inclusivas tendem a dificultar o desenvolvimento econômico e social, pois o excesso de regras impede a livre atuação das forças de mercado na definição das políticas públicas.
- e) O desenho institucional de uma política pública é irrelevante para o seu sucesso, visto que o fator determinante é o volume de recursos financeiros alocados para sua execução.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DA CGE-SP E MECANISMOS DE INTEGRIDADE*Giulian Salvador*

55. Em um treinamento interno destinado aos novos servidores da Controladoria-Geral do Estado, a instrutora apresentou um quadro com os quatro órgãos centrais e suas competências estruturantes. Ao final, pediu que os participantes associassem corretamente cada órgão ao núcleo funcional que lhe é atribuído pelo Decreto nº 69.183/2024.

Com base no decreto, analise a correspondência entre os órgãos centrais (Coluna I) e suas principais funções estruturantes (Coluna II).

COLUNA I – Órgãos Centrais

I. Auditoria-Geral do Estado

II. Subsecretaria de Integridade Pública e Privada

III. Corregedoria-Geral do Estado

IV. Ouvidoria-Geral do Estado

COLUNA II – Núcleos Funcionais

A. Responsável por conduzir procedimentos de responsabilização de pessoas jurídicas, negociar acordos de leniência e supervisionar unidades correcionais.

B. É o órgão central da transparência ativa, promove gestão de riscos, governo aberto e apoio técnico à integridade organizacional.

C. Órgão central da transparência passiva, decide recursos da LAI e gere a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação.

D. Realiza auditorias de desempenho, conformidade e governança, fiscaliza metas do PPA/LDO e emite recomendações de aperfeiçoamento de controles internos.

Assinale a alternativa que apresenta a associação correta:

a) I–C; II–A; III–D; IV–B

b) I–A; II–D; III–B; IV–C

c) I–D; II–B; III–A; IV–C

d) I–B; II–C; III–D; IV–A

e) I–D; II–C; III–B; IV–A

56. Durante a implementação de um novo programa de integridade em uma autarquia estadual, o Presidente da instituição determinou que fossem consultados os órgãos centrais da Controladoria-Geral do Estado para esclarecer dúvidas sobre diversos temas. Entre as demandas, havia:

(i) a necessidade de orientação sobre gestão de riscos de integridade;

(ii) a avaliação preliminar de indícios de fraude envolvendo um contrato;

(iii) a dúvida sobre qual unidade deveria orientar tecnicamente a instância recursal da LAI; e

(iv) a necessidade de verificar qual órgão central atua na responsabilização de pessoas jurídicas e na celebração de acordos de leniência.

Com base no Decreto nº 69.183/2024, assinale a alternativa que apresenta a associação correta entre cada demanda e o órgão central competente:

a) (i) Corregedoria; (ii) Ouvidoria; (iii) Integridade; (iv) Auditoria.

b) (i) Auditoria; (ii) Integridade; (iii) Corregedoria; (iv) Ouvidoria.

c) (i) Ouvidoria; (ii) Auditoria; (iii) Corregedoria; (iv) Integridade.

d) (i) Subsecretaria de Integridade; (ii) Auditoria-Geral; (iii) Ouvidoria-Geral; (iv) Corregedoria-Geral.

e) (i) Auditoria-Geral; (ii) Corregedoria-Geral; (iii) Integridade; (iv) Ouvidoria-Geral.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DA CGE-SP E MECANISMOS DE INTEGRIDADE*Elder Loureiro*

57. Ricardo nomeou, no âmbito de sua área de influência, seu sobrinho Luís para cargo em comissão na Secretaria de Governo do Estado de São Paulo. Questionado sobre a eventual configuração de nepotismo, Ricardo sustentou que este não restaria caracterizado no caso, já que a autoridade nomeante não teria se valido do cargo ou função, tampouco teria havido a finalidade de obtenção de proveito ou benefício indevido ou violação dolosa aos deveres de honestidade, imparcialidade e legalidade. Pedro, analista jurídico do órgão, ao apreciar o caso frente ao Decreto nº 68.829/2024 corretamente concluiu que a declaração de Ricardo estava:

- a) Correta, pois falta o requisito do valimento do cargo ou função para a situação configurar nepotismo, motivo pelo qual a nomeação é permitida pela norma.
- b) Correta, pois falta o requisito da finalidade de obtenção de proveito ou benefício indevido para a situação configurar nepotismo.
- c) Incorreta, pois a situação configura nepotismo.
- d) Correta, pois falta o requisito da violação dolosa aos deveres de honestidade, imparcialidade ou legalidade para a situação configurar nepotismo.
- e) Correta, pois falta o requisito do valimento do cargo ou função para a situação configurar nepotismo, apesar de a nomeação ser vedada pela norma.

58. Rodrigo, estudante de direito no Estado de São Paulo, explicou que o Comitê de Governança Estadual, instituído pelo Decreto 68.159/2023, poderia constituir grupos de trabalho. Elucidou, então, que só poderiam estar simultaneamente em funcionamento 3 grupos de trabalho; que a duração deles, computadas eventuais prorrogações cabíveis, seria limitada a 2 anos; e que, no ato da

constituição, o Comitê definiria a composição deles, não inferior a 5 membros. Ressaltou, ainda, que deles poderiam participar: mediante indicação dos titulares ou dirigentes máximos, representantes de órgãos e entidades públicas de qualquer Ente Federativo; e, mediante convite, pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, pudessem contribuir para a votação das matérias em exame. Bernardo esclareceu, pois, que as orientações transmitidas estariam equivocadas, exceto os termos da:

- a) Participação mediante indicação dos titulares ou dirigentes máximos.
- b) Limitação à quantidade de grupos de trabalho em funcionamento simultâneo.
- c) Limitação à duração dos grupos de trabalho.
- d) Limitação à quantidade de membros dos grupos de trabalho.
- e) Participação mediante convite.

59. O prazo para a conclusão da apuração preliminar, consoante o Decreto nº 69.122/2024 do Estado de São Paulo, é de:

- a) 30 dias, contados a partir do dia subsequente à sua instauração, desde que não exceda 180 dias, exceto quando autorizado prazo diverso pela autoridade máxima do órgão ou entidade em que esteja em curso.
- b) 180 dias, contados a partir de sua instauração, desde que não exceda, em qualquer caso, 180 dias.
- c) 30 dias, contados a partir do dia subsequente à sua instauração, desde que não exceda, em qualquer caso, 180 dias.
- d) 180 dias, contados a partir do dia subsequente à sua instauração, exceto quando autorizado prazo diverso pela autoridade máxima do órgão ou entidade em que esteja em curso.
- e) 30 dias, contados a partir de sua instauração, desde que não exceda 180 dias, exceto quando autorizado prazo diverso pela autoridade máxima do órgão ou entidade em que esteja em curso.

60. Sacramento, representante da pessoa jurídica Estudos Perenes Ltda., propôs, antes da conclusão do relatório do processo administrativo de responsabilização, a celebração de acordo de leniência escrito. Nos termos do Decreto nº 69.588/2025 do Estado de São Paulo, a proposta deve receber tratamento:

- a) ostensivo, com livre acesso ao seu conteúdo, permitida a publicidade.
- b) sigiloso, com o acesso ao seu conteúdo restrito apenas ao âmbito da Controladoria Geral do Estado.
- c) sigiloso, com o acesso ao seu conteúdo restrito apenas ao âmbito da Procuradoria Geral do Estado.
- d) sigiloso, com o acesso ao seu conteúdo restrito ao âmbito da Controladoria Geral do Estado e da Procuradoria Geral do Estado.
- e) ostensivo, com livre acesso ao seu conteúdo, vedada a publicidade.

MÓDULO II

AUDITORIA GOVERNAMENTAL E CONTROLE INTERNO

Tonyvan Carvalho

61. Segundo as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (IPPF), em relação à proficiência da profissão, qual a atitude a ser tomada pelo diretor executivo de auditoria quando a equipe de auditoria interna não dispõe de conhecimentos, habilidades ou outras competências necessárias à execução de todo ou de parte do trabalho de auditoria:

- a) Realizar revisões internas periódicas.
- b) Fazer o monitoramento contínuo das atividades.
- c) Contratar uma empresa para realizar avaliação externa da função de auditoria interna.
- d) Declinar do trabalho.
- e) Obter assessoria e assistência qualificadas.

62. O Modelo das Três Linhas de Defesa descreve como as funções e responsabilidades são distribuídas entre diferentes níveis da organização, de modo a assegurar uma estrutura eficaz de governança e gerenciamento de riscos. Nesse modelo, as três linhas de defesa correspondem, respectivamente, a:

- a) avaliação; monitoramento; planejamento.
- b) controle; supervisão; execução.
- c) planejamento; execução; relatório.
- d) planejamento; execução; supervisão e monitoramento.
- e) execução; supervisão e monitoramento; avaliação.

63. De acordo com o Código de Ética do Auditor Interno, um princípio que estabelece que os auditores internos devem respeitar o valor e a propriedade das informações que recebem e não divulgam informações sem a autorização apropriada, a não ser em caso de obrigação legal ou profissional de assim procederem:

- a) integridade.
- b) confidencialidade.
- c) objetividade.
- d) competência.
- e) zelo profissional.

64. Assinale a alternativa correta, conforme as definições e diretrizes do IIA (Institute of Internal Auditors).

- a) A atividade de auditoria interna consiste em serviços de avaliação e consultoria, realizados de forma independente e objetiva, com o propósito de agregar valor e aprimorar as operações da organização.
- b) As Normas de Atributos tratam exclusivamente das qualidades individuais dos auditores internos que executam os trabalhos.
- c) O Código de Ética do auditor interno contempla os princípios fundamentais: zelo profissional, integridade, confidencialidade e objetividade.
- d) Os serviços de avaliação, no âmbito da auditoria interna, envolvem apenas dois agentes: o auditor interno e os usuários.
- e) As normas a serem observadas pela atividade de auditoria interna são classificadas em Normas de Atributos, Normas de Desempenho e Normas de Responsabilização.

65. Conforme as Normas internacionais para a prática profissional de auditoria interna, o ambiente de controle proporciona a disciplina e a estrutura para se atingir os principais objetivos do sistema de controle interno. São elementos do ambiente de controle, EXCETO:

- a) Objetividade e valores éticos.
- b) Filosofia e estilo operacional da administração.
- c) Estrutura organizacional.
- d) Atribuição de autoridade e responsabilidade.
- e) Políticas e práticas de recursos humanos.

66. A Universidade Estadual de São Paulo otimizou sua estrutura de governança e fortalecimento na gestão de riscos, adotando o Modelo das Três Linhas do Institute of Internal Auditors (IIA), distribuindo responsabilidades entre as funções organizacionais da Universidade. Nesse contexto, o servidor Tonin foi designado para integrar a atividade de auditoria interna. Nessa condição, ele estará lotado na:

- a) terceira linha de defesa, pois atuará em uma função responsável por supervisionar riscos.
- b) segunda linha de defesa, pois atuará em uma função que fornece avaliações independentes.
- c) primeira linha de defesa, pois atuará em uma função que supervisiona riscos.
- d) segunda linha de defesa, pois desenvolverá atividades relacionadas à propriedade dos riscos.
- e) terceira linha de defesa, pois atuará em uma função que emite avaliações independentes.

67. A NBC PG 100 estabelece os seguintes princípios éticos que o auditor independente é requerido a cumprir. **EXCETO:**

- a) integralidade.
- b) objetividade.
- c) competência e zelo profissionais.
- d) sigilo profissional.
- e) comportamento profissional.

68. Assinale a alternativa CORRETA em conformidade com a NBC TA Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração acerca dos riscos do trabalho do Auditor Independente:

- a) Risco Inerente e Risco de Controle são riscos que não dependem diretamente do auditor independente.
- b) Risco de Detecção e Risco de Mensuração ou Avaliação são riscos que não dependem diretamente do auditor independente.
- c) Risco Inerente e Risco de Controle são riscos que o auditor independente influencia diretamente.
- d) Risco de controle é a suscetibilidade da informação do objeto conter distorção relevante antes da consideração de quaisquer controles aplicados pelas partes apropriadas.
- e) Risco inerente é o risco de ocorrer distorção relevante na informação do objeto não seja evitado por controle preventivo ou, detectado e corrigido, em tempo hábil, pelo controle interno implementado pelas partes apropriadas.

69. Segundo as NORMAS INTERNACIONAIS PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL DE AUDITORIA INTERNA, o executivo chefe de auditoria deve reportar-se a um nível dentro da organização que permita à atividade de auditoria interna cumprir suas responsabilidades. O executivo chefe de auditoria deve confirmar junto ao conselho, pelo menos anualmente, a independência organizacional da atividade de auditoria interna.

Um exemplo de reporte funcional ao Conselho que NÃO está associado à independência organizacional da auditoria interna:

- a) Receba comunicações do executivo chefe de auditoria sobre o desempenho do plano de auditoria interna e outros assuntos.
- b) Aprove as decisões referentes à nomeação e demissão do executivo chefe de auditoria.
- c) Aprove a remuneração do executivo chefe de auditoria.

d) Formule questionamentos adequados à administração e ao executivo chefe de auditoria para determinar se existem escopos inadequados ou limitações de recursos.

e) Priorize as áreas a serem auditadas pela auditoria interna.

70. À luz da NBC TA – Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, diversos julgamentos e procedimentos devem ser considerados pelo auditor independente ao planejar e executar trabalhos de asseguração razoável ou limitada. Nesse contexto, assinale a opção INCORRETA.

- a) O auditor independente deve conduzir o trabalho com ceticismo profissional, de forma a obter evidência apropriada e suficiente que lhe permita concluir se a informação sobre o objeto está livre de distorções relevantes.
- b) no trabalho de asseguração razoável, o auditor independente reduz o risco do trabalho para um nível aceitavelmente baixo nas circunstâncias do trabalho como base para a sua conclusão.
- c) No trabalho de asseguração limitada, o auditor independente reduz o risco do trabalho para um nível que é aceitável nas circunstâncias do trabalho, mas que ainda é maior do que para um trabalho de asseguração razoável.
- d) Ao avaliar evidências, o auditor entende suficiência como atributo relacionado à qualidade e adequação como atributo relacionado à quantidade, incluindo relevância e confiabilidade. A qualidade necessária é influenciada pelo risco de distorção relevante na informação e pela própria qualidade da evidência.
- e) O auditor independente executa o trabalho com ceticismo profissional, reconhecendo que podem existir circunstâncias que resultem em distorções relevantes na informação objeto da asseguração.

71. No contexto dos serviços de avaliação previstos para a auditoria interna governamental, considere que uma equipe precisa examinar se a execução financeira de determinado programa estadual ocorreu em estrita observância aos regulamentos específicos, às metas fixadas e ao orçamento aprovado. Embora haja interesse da alta administração em também analisar a eficiência operacional do programa, a equipe decide limitar o trabalho às obrigações normativas e procedimentais diretamente aplicáveis. A partir dessa delimitação de escopo, o tipo de serviço de avaliação preponderante será:

- a) Operacional, pois envolve análise das metas e da eficiência subjacente ao cumprimento do orçamento.
- b) Financeiro, porque a equipe se limitará à verificação formal das demonstrações contábeis do programa.
- c) De conformidade, uma vez que a avaliação se concentra na aderência do programa às normas e regras pertinentes.
- d) Operacional, considerando que o exame das metas é inerente à verificação da eficácia do programa.
- e) Financeiro e operacional combinados, pois a análise das metas implícitas no exame normativo exige avaliação de desempenho.

72. Uma auditoria interna foi demandada para avaliar se os custos incorridos na execução de uma política pública estão adequadamente registrados e se refletem a realidade patrimonial e orçamentária da entidade. Posteriormente, solicitou-se que o escopo fosse ampliado para analisar se tais custos têm gerado resultados condizentes com os objetivos estratégicos do governo. Para atender às demandas acumuladas, a equipe decide combinar dois tipos tradicionais de serviços de avaliação. Essa combinação, considerando os objetivos descritos, corresponderá mais adequadamente a:

- a) Avaliação financeira e de conformidade, pois o custo deve sempre ser vinculado à obediência às regras administrativas.
 - b) Avaliação de conformidade e operacional, dado que a verificação dos registros contábeis não integra a análise operacional.
 - c) Avaliação financeira e operacional, pois se examina tanto a adequação dos registros quanto a relação entre custos e resultados.
 - d) Avaliação financeira e de conformidade, porque o exame de desempenho depende exclusivamente da aderência normativa.
 - e) Avaliação operacional, exclusivamente, pois todo exame de custos já está contido na análise de eficiência.
-

73. Uma auditoria de desempenho foi realizada para verificar se determinada política pública de saúde vem atingindo os resultados esperados, avaliando eficiência, eficácia e adequação dos processos internos. Após apresentar o relatório, gestores questionam a equipe afirmando que, por não haver sido analisada a aderência estrita da política às normas do SUS, a auditoria deveria ter sido classificada como "de conformidade" e não como "operacional".

Com base nos conceitos tradicionais dos tipos de avaliação, a posição mais adequada da equipe de auditoria é a de que:

- a) A classificação dos trabalhos depende unicamente da vontade da alta administração, sendo irrelevante o objeto analisado.
- b) A auditoria é corretamente operacional, pois está centrada no desempenho, independentemente da análise normativa.
- c) A ausência de exame de conformidade invalida a avaliação operacional, motivo pelo qual o trabalho deveria ser reclassificado.
- d) Trabalhos operacionais sempre exigem, como pré-condição, uma avaliação financeira e de conformidade combinadas.
- e) A auditoria é de conformidade, porque a eficiência e a eficácia são atributos derivados da aderência às normas.

74. O serviço de consultoria é, em regra, prestado em decorrência de solicitação específica do órgão ou da entidade da Administração Pública Estadual, ou ainda de órgão ou colegiado intersecretarial com competência para avaliação e monitoramento da ação governamental ou com papel de fortalecimento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos do Poder Executivo Estadual. Entre os trabalhos a seguir, o único que NÃO se considera um trabalho de consultoria é:

- a) auditoria financeira.
- b) assessoramento.
- c) aconselhamento.

- d) treinamento.
- e) facilitação.

75. A observação pode ser bastante útil em quase todas as fases da atividade de auditoria; consiste no exame de processo ou de procedimento executado por outros, normalmente empregados/servidores da Unidade Auditada, com a finalidade de averiguar se o item sob exame opera em conformidade com os padrões (critérios) definidos. Entre os elementos a seguir, o único que NÃO se refere à observação é:

- a) identificação da atividade específica a ser observada.
- b) observação da sua execução.
- c) comparação do comportamento observado com os padrões.
- d) avaliação e conclusão.
- e) verificação de registros, de documentos ou de ativos.

76. Segundo o MOT-2023, os auditores internos governamentais devem reunir, em conjunto, qualificação e conhecimentos necessários para o trabalho, devendo possuir conhecimentos adequados sobre as técnicas de auditoria. É fundamental observar a finalidade específica de cada técnica, de modo a evitar a aplicação de técnicas inadequadas, a execução de exames desnecessários e o desperdício de recursos humanos e de tempo. Nesse contexto, uma técnica por meio da qual o auditor avalia informações contábeis (montantes financeiros, quantidades físicas, índices ou percentuais) mediante comparação com parâmetros ou expectativas identificados ou desenvolvidos pelo auditor:

- a) Observação.
- b) Inspeção.
- c) Análise documental.
- d) Confirmação externa (circularização).
- e) Procedimentos analíticos.

77. De acordo com o Roteiro para Elaboração de Relatório de Auditoria da CGE-SP, o requisito que assegura que as comunicações devem ser redigidas com todas as informações essenciais à compreensão dos resultados da auditoria, ou seja, aquelas necessárias e suficientes para apoiar as conclusões e as recomendações é denominado:

- a) Clareza.
- b) Precisão.
- c) Completa.
- d) Objetividade.
- e) Sobriedade.

78. A Matriz de Achados é um instrumento utilizado pela auditoria governamental para estruturar, analisar e documentar de forma lógica os elementos que compõem um achado de auditoria, servindo também ao exercício da supervisão e ao planejamento da redação do relatório final. Considerando sua finalidade e os conteúdos que a integram, assinale a alternativa que apresenta um conjunto de elementos compatível com a Matriz de Achados, nos termos do Roteiro para Elaboração de Relatório de Auditoria da CGE-SP:

- a) Identificação do auditado; delimitação do escopo; plano de amostragem; descrição sumária; causas e recomendações.
- b) Questões e subquestões de auditoria; condição; testes aplicados; análise de riscos; efeitos; recomendações.
- c) Questões e subquestões de auditoria; descrição sumária; critério; condição; causas; efeitos; recomendações.
- d) Critério; descrição sumária; planejamento da auditoria; extensão dos procedimentos; avaliação de materialidade; recomendações.
- e) Condição; evidências; papéis de trabalho; delimitação temporal; descrição sumária; causas; recomendações.

79. Para garantir que os relatórios emitidos pela CGE atendam aos requisitos de qualidade e alcancem seus objetivos, é necessário que as equipes, juntamente com o supervisor, planejem a apresentação dos registros. Esse planejamento deve se iniciar durante o próprio planejamento da auditoria, afinal, o relatório é produto da auditoria e somente um trabalho bem planejado pode gerar um produto de qualidade. É importante lembrar que o processo de escrita é iterativo e, como tal, se repete várias vezes, de modo que cada resultado parcial a que se chega deve ser usado na etapa seguinte, até que se chegue a um produto final satisfatório. Nesse contexto, merecem destaque dois instrumentos que servem como base para esse processo:

- a) A matriz de responsabilização e a matriz de achados.
- b) A matriz de risco e a matriz de achados.
- c) A matriz de planejamento e a matriz de achados.
- d) A matriz de planejamento e a matriz de responsabilização.
- e) A matriz de planejamento e a matriz de risco.

80. Além de serem relevantes, os achados também devem estar devidamente fundamentados em evidências e mostrar-se convincentes. Para isso é necessário que guardem coerência e consistência em cada um dos seus componentes, quais sejam: descrição sumária, parágrafo introdutório, critério, condição, causa, consequência/efeito e conclusão. Qual desses componentes é o padrão utilizado para avaliar se o objeto auditado atende, excede ou está aquém do desempenho esperado?

- a) Descrição sumária.
- b) Critério.
- c) Condição.
- d) Causa.
- e) Efeito.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS PÚBLICAS***Leandro Ravyelle*

81. Acerca das normas para a estruturação dos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária da Administração Pública Estadual, assinale a alternativa incorreta.

- a) Serão consideradas como Unidades Orçamentárias os órgãos subordinados ou vinculados, diretamente ao Governador e Secretários de Estado
- b) As dotações orçamentárias relativas aos Órgãos de Administração Superior e da Sede, das Secretarias de Estado, serão consignadas em uma só Unidade Orçamentária.
- c) Para efeito de elaboração e execução do Orçamento, as Unidades Orçamentárias serão desdobradas em Órgãos Orçamentários.
- d) Serão consideradas como Unidades de Despesa as repartições subordinadas, direta ou indiretamente, aos dirigentes responsáveis pelas Unidades Orçamentárias.
- e) Quando as repartições não comportarem Administração Financeira e Orçamentária próprias, poderão ter suas dotações distribuídas para a Unidade de Despesa de responsabilidade do dirigente de hierarquia superior imediata.

82. A concessão de diárias aos servidores da Administração Centralizada e das Autarquias, bem como aos componentes da Polícia Militar do Estado de São Paulo, com o objetivo de indenizar despesas com alimentação e pousada, é feita com base em regulamentação estadual. Acerca desse arcabouço, assinale a alternativa correta.

- a) O valor da diária será calculado com base no valor da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, fixado para o quinto dia útil do mês devido
- b) Para o servidor ou policial militar integrante de equipe de apoio às viagens do Governador ou do Vice-Governador, o valor da diária será acrescido

da importância que lhe corresponder a 25% (vinte e cinco por cento).

- c) Será concedida uma diária e meia quando o deslocamento exigir pernoite fora da sede.
- d) Haverá abatimento no valor concedido quando fornecidos alojamento, ou outra forma de pousada, e alimentação pela Administração Pública.
- e) O pagamento da diária não poderá ser antecipado, devendo-se ocorrer mediante prestação de contas do valor suprido.

83. O Estado Delta estruturou uma PPP para ampliar a rede de saneamento e, para mitigar risco de contraparte, ofereceu ao parceiro privado, como garantia, o produto de multas administrativas ambientais e de preços públicos arrecadados por suas autarquias, ambos com parcelamento administrativo vigente e fluxo previsível ao longo do contrato. O Tribunal de Contas estadual apontou possível ofensa ao princípio da não afetação, por entender que qualquer vinculação de receita orçamentária para garantia seria vedada, sobretudo porque tais ingressos constaram da base de previsão de receitas da LOA.

À luz da Constituição e das normas de finanças públicas, tal entendimento é juridicamente:

- a) correto, pois a vinculação de qualquer receita orçamentária a garantias privadas depende de lei complementar federal específica, sob pena de inconstitucionalidade formal e material.
- b) correto, uma vez que a vinculação em garantia somente é admitida para a União e exclusivamente com impostos federais, sendo vedada aos Estados quanto a quaisquer receitas.
- c) equivocado, porque a vedação constitucional de não vinculação recai sobre o produto de impostos a órgão, fundo ou despesa, não se aplicando, como regra, a receitas não tributárias (multas e preços públicos), salvo disposições específicas.
- d) correto, já que o princípio veda toda e qualquer destinação vinculada, inclusive de receitas não

tributárias, por afetar o equilíbrio orçamentário e a unidade de caixa do Tesouro.

- e) equivocado, porque a vedação constitucional limita-se à vinculação de tributos em geral (impostos, taxas e contribuições), sendo livre a vinculação do produto dos impostos estaduais.

84. A Lei Orçamentária Anual de 2026 do Estado Gama foi sancionada com:

- (i) *autorização genérica para o Chefe do Executivo abrir créditos suplementares até 15% do total da despesa fixada;*
- (ii) *criação de reserva de contingência “calculada com base na arrecadação total do exercício anterior apurada em relatório fiscal”, constando apenas o valor global na LOA; e*
- (iii) *previsão de alienação de equipamentos da frota oficial, com cláusula contratual prevendo multa e juros por atraso de pagamento por parte do arrematante.*

À luz da CF/1988, da Lei nº 4.320/1964, da LRF (LC nº 101/2000) e dos manuais federais (MTO 2025 e MCASP 11ª ed.), assinale a alternativa correta:

- a) A LRF exige que a LOA fixe o montante da reserva de contingência com base na receita arrecadada total do exercício anterior, evidenciada em relatório fiscal quadrimestral (RGF).
- b) Segundo o Ementário de Receitas e o MCASP, multa e juros por atraso no recebimento de alienação de bens devem ser classificados como receitas de capital, por derivarem de uma operação de capital.
- c) A LOA pode autorizar a abertura de créditos suplementares até determinado limite e estes podem ter como fonte o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 31/12 do exercício anterior, desde que não comprometido por despesas já vinculadas.
- d) O princípio da exclusividade autoriza inserir na LOA dispositivo permitindo a abertura de créditos especiais e suplementares para despesas sem dotação específica.

- e) A LRF determina que a reserva de contingência conste necessariamente na LOA, sendo calculada com base na RREO bimestral, e dispensa tratamento na LDO por se tratar de despesa intraorçamentária.

85. O Estado Delta encaminhou à Assembleia Legislativa o projeto de LDO-2026. Por lapso, o texto inicial não trouxe os anexos. Após críticas técnicas, o Executivo editou decreto de programação financeira anexando um “Anexo de Metas”, com metas anuais apenas para 2026 e 2027, e remetendo à LOA-2026 a avaliação do cumprimento das metas de 2025 e a memória de cálculo dos resultados primário e nominal. O TCE questionou a regularidade.

À luz da CF/1988 e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), assinale a alternativa correta:

- a) O Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais servem primordialmente para dimensionar a Reserva de Contingência, a qual é “acionada” quando as metas não são atingidas, podendo constar de decreto do Executivo.
- b) O Anexo de Metas Fiscais integra o decreto de execução orçamentária a ser editado no primeiro bimestre, pois é nele que se fixam as metas e os critérios para contingenciamento.
- c) O Anexo de Metas Fiscais compõe a LOA, trazendo metas anuais (em valores correntes e constantes) de receitas, despesas e resultados primário e nominal para o exercício a que se refere e para o exercício seguinte.
- d) A lei de diretrizes orçamentárias não poderá dispor sobre a exclusão de quaisquer despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
- e) O Anexo de Metas Fiscais é próprio do PPA, devendo nele constar a margem de expansão das despesas obrigatórias e os resultados esperados das empresas estatais, ficando a LDO restrita a diretrizes qualitativas.

86. Em audiência pública sobre a proposta de LOA, a SEAE apresentou um pacote de medidas:

- (i) revisão regulatória para ampliar a concorrência em um monopólio natural de saneamento;*
- (ii) programa de vacinação universal financiado com recursos fiscais;*
- (iii) ajuste na SELIC para conter pressões inflacionárias;*
- (iv) redução de alíquotas de tributos indiretos sobre a cesta básica; e*
- (v) plano de obras públicas anticíclicas diante da elevação do desemprego.*

À luz das funções econômicas clássicas do Estado e seus reflexos orçamentários, a função alocativa se manifesta, de forma típica, nas medidas que atuam:

- a) na política monetária, com alteração da taxa básica de juros.
- b) no nível geral de preços, por estabilização macroeconômica.
- c) na correção de falhas de mercado, como provisão de bens públicos e tratamento de externalidades.
- d) nas alíquotas tributárias, para redistribuir renda entre grupos sociais.
- e) nas obras públicas anticíclicas, para absorver mão de obra desempregada.

87. Durante a execução do Projeto “CGE VERDE” no exercício de 2026, a Secretaria de Infraestrutura do Estado de São Paulo (SEINFRA/SP) verificou que a Unidade Gestora A detinha a dotação orçamentária original, mas a obra seria tocada pela Unidade Gestora B, especializada em contratos de pavimentação. Para viabilizar a execução, a SEINFRA/SP:

- (i) registrou descentralização orçamentária da dotação para a UG B;*
- (ii) manteve a liberação financeira centralizada, segundo o Decreto de Programação Financeira;*

(iii) propôs alteração orçamentária para recompor dotações insuficientes, pela via adequada.

Toda a movimentação foi registrada em sistema corporativo integrado de contabilidade e administração financeira.

À luz das normas aplicáveis e das boas práticas de orçamento, assinale a opção correta:

- a) A programação e a execução orçamentária e financeira devem ser acompanhadas por sistema de contabilidade e administração financeira (modelo SIAFIC), e podem ser impactadas por descentralizações de crédito e por abertura de créditos adicionais quando houver necessidade de ajustar dotações.
- b) A descentralização orçamentária se dá por repasse financeiro direto entre as unidades, bastando observar o Decreto de Programação Financeira, sem necessidade de ato formal de crédito entre UGs.
- c) Alterações orçamentárias somente podem ocorrer por créditos adicionais, sendo vedado o remanejamento de recursos dentro de um mesmo programa, ainda que autorizado em lei.
- d) O sistema SIOPE é o repositório da execução orçamentária estadual e, por isso, é nele que devem ser formalizados os atos de alteração da LOA e as descentralizações orçamentárias entre UGs.
- e) A execução orçamentária prescinde de descentralização formal de crédito quando a execução física ocorrer em UG diversa da detentora da dotação, pois a liberação financeira centralizada supre a necessidade de ajuste orçamentário.

88. Diante de frustração de receitas identificada no 3º bimestre, o Poder Executivo do Estado Gama editou o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira (DPOF), redefinindo limites de movimentação e empenho e ajustando o cronograma de execução mensal de desembolso. Na reunião de alinhamento com os ordenadores de despesa, surgiram as seguintes proposições:

- a) A limitação de empenho autoriza a suspensão automática da execução de contratos já vigentes, sem necessidade de aditivos, comunicação formal ou análise de reequilíbrio econômico-financeiro, pois prevalece o interesse público em recompor as metas fiscais.
- b) O DPOF pode substituir a LOA em caso de frustração de receitas, passando a definir dotações e a autorizar gastos no lugar da lei orçamentária aprovada pelo Legislativo.
- c) A decretação de limitação de empenho basta, por si só, para recompor o equilíbrio fiscal, dispensando reestimativas de receita e dispensando a reprogramação do cronograma de desembolso.
- d) Recursos legalmente vinculados a finalidade específica devem ser utilizados exclusivamente para o objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele do ingresso.
- e) Para atender à meta fiscal, podem ser cancelados livremente restos a pagar processados, independentemente da etapa de liquidação, de controles específicos ou de respaldo normativo.

89. Em auditoria na Secretaria de Infraestrutura do Estado Gama, constatou-se que diversas programações discricionárias da LOA não vinham sendo executadas, a despeito de haver dotação vigente. O gestor afirmou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) condiciona o dever constitucional de executar as programações ao atendimento de regras fiscais e operacionais, e que tal dever não se estende a despesas obrigatórias, já regidas por normativos próprios. À luz do sistema constitucional-orçamentário e do padrão de redação adotado nas LDOs, a determinação

constitucional de executar programações orçamentárias está condicionada à seguinte regra:

- a) Aplica-se exclusivamente às programações discricionárias e primárias.
- b) Aplica-se nos casos de impedimentos de ordem técnica devidamente justificados.
- c) Impede o cancelamento necessário à abertura de créditos adicionais.
- d) Não se subordina ao cumprimento de dispositivos legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesa.
- e) Aplica-se exclusivamente às despesas primárias discricionárias e às receitas financeiras vinculadas.

90. No exercício financeiro de 2026, o montante global de emendas parlamentares aprovadas ao projeto de lei orçamentária da União ficou assim distribuído: R\$ 60 bilhões, sendo R\$ 28 bilhões em emendas individuais, R\$ 12 bilhões em emendas de comissão e R\$ 20 bilhões em emendas de bancada estadual.

Considerando as regras constitucionais e legais sobre impositividade e vinculação às ASPS, o valor mínimo que obrigatoriamente deve ser destinado às ações e serviços públicos de saúde, no conjunto das emendas, corresponde a:

- a) R\$ 14 bilhões.
- b) R\$ 18 bilhões.
- c) R\$ 20 bilhões.
- d) R\$ 24 bilhões.
- e) R\$ 30 bilhões.

91. Em 2025, a Universidade Estadual Ômega lançou a campanha “Ômega Vive” para captar recursos junto a ex-alunos e empresas locais. As doações, formalizadas por termos de doação sem contrapartida, totalizaram R\$ 750.000,00 e vieram expressamente destinadas a despesas de limpeza predial dos campi. A unidade de contabilidade da universidade precisa classificar a natureza da receita no orçamento.

Nessa situação, a receita deve ser classificada como:

- a) receita de serviços.
- b) subvenções sociais.
- c) transferências correntes.
- d) transferências de capital.
- e) outras receitas correntes.

92. Uma autarquia federal do setor educacional elaborou a seguinte estimativa de receitas próprias para 2026 (todas intraorçamentárias excluídas do quadro):

Descrição	Valor previsto
Serviços de protocolo, certidões e segunda via	R\$ 4.000.000
Taxa de fiscalização de cursos	R\$ 6.000.000
Concessão/permissão de uso de imóveis públicos	R\$ 20.000.000
Aluguéis de auditórios e áreas comuns	R\$ 10.000.000
Alienação de imóveis	R\$ 12.000.000
Multas e juros contratuais	R\$ 3.000.000
Restituições de convênios	R\$ 1.000.000

Considerando os efeitos da EC nº 135/2024, o montante a ser desvinculado nessas receitas próprias, se integralmente arrecadadas, corresponde a:

- a) R\$ 9.300.000.
- b) R\$ 10.500.000.
- c) R\$ 11.400.000.
- d) R\$ 12.000.000.

e) R\$ 13.500.000.

93. Em uma entidade do setor público, a constituição de fundos rotativos, é classificada como

- a) investimentos.
- b) despesas de custeio.
- c) inversões financeiras.
- d) transferências de capital.
- e) transferências correntes.

94. Durante uma auditoria na Secretaria de Planejamento, você recebe um extrato de uma dotação com o seguinte encadeamento de classificadores:

- Órgão/Unidade
- Programa
- Ação/Subtítulo (localizador)
- GND
- Modalidade de Aplicação
- Elemento de Despesa
- Fonte/Destinação
- Identificador de Resultado Primário (RP).

O relatório do gestor afirma que “todos os códigos após a Ação correspondem a classificadores quantitativos da programação orçamentária, enquanto o que antecede a Ação compõe o plano de trabalho (qualitativo)”.

Considerando as definições do MTO 2025 e do MCASP (11ª ed.), assinale qual categoria é tratada como elemento qualitativo do plano de trabalho.

- a) Categoria econômica da despesa.
- b) Elemento de despesa.
- c) Estrutura programática.
- d) Grupo de natureza da despesa.
- e) Modalidade de aplicação.

95. Uma universidade federal mantém contrato de serviços de vigilância armada 24h para todas as suas unidades. O instrumento contratual fixa quantidade máxima mensal e anual de postos de serviço, que é a unidade de medida para a apuração e o pagamento. Em 2025, devido à abertura de um novo campus e à postergação da nova licitação (fracassada por duas vezes), a quantidade anual contratada se esgotou em novembro. Para não descontinuar a segurança patrimonial (serviço essencial), o Reitor autorizou a continuidade da execução em dezembro, sem saldo contratual e sem empenho suficiente. Em janeiro de 2026, a unidade de administração financeira foi demandada a pagar a medição de dezembro, já realizada sem cobertura de empenho.

À luz da Lei nº 4.320/1964, da LRF, do MCASP (11ª ed.) e do MTO 2025, o tratamento contábil-orçamentário adequado para possibilitar o pagamento é:

- a) abrir crédito extraordinário por se tratar de urgência e imprevisibilidade e, em seguida, empenhar e pagar a despesa realizada.
- b) inscrever a quantia como restos a pagar não processados ao final de 2025, já que o serviço foi prestado nesse exercício.
- c) liquidar a despesa de dezembro de 2025 e efetuar o pagamento com base na variação patrimonial diminutiva reconhecida.
- d) solicitar crédito especial em 2026, utilizando como fonte anulação de outras dotações, para empenhar e pagar a medição em atraso.
- e) reconhecer e pagar em 2026 como Despesa de Exercícios Anteriores (DEA), mediante dotação orçamentária específica para DEA e processo de reconhecimento da obrigação.

96. Após uma reestruturação ministerial, a Controladoria-Geral da União elaborou nota técnica para conferir a correta alocação da Gestão Organizacional do Governo Federal. Constatou-se dúvida, entre as unidades setoriais, sobre quem compõe o Sistema de Administração Financeira Federal e qual é o órgão central responsável por sua coordenação.

À luz da legislação, assinale a alternativa correta.

- a) Integram o Sistema de Administração Financeira Federal a Secretaria de Orçamento Federal como órgão central e as unidades de execução orçamentária dos Ministérios, como órgãos setoriais.
- b) Integram o Sistema de Administração Financeira Federal a Secretaria do Tesouro Nacional como órgão central e as unidades de programação financeira dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União e da Presidência da República (incluindo a Vice-Presidência e a Casa Civil), como órgãos setoriais.
- c) O Banco Central do Brasil e a Secretaria do Tesouro Nacional atuam ambos como órgãos centrais, cabendo às autarquias federais a função setorial.
- d) O Ministério da Fazenda é órgão central e os órgãos de contabilidade da União figuram como setoriais do Sistema de Administração Financeira Federal.
- e) A Secretaria do Tesouro Nacional é órgão setorial e a Secretaria de Orçamento Federal é o órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal.

97. Durante a análise preliminar do projeto de LDO do Governo Federal para 2026, a equipe técnica da Secretaria de Fazenda detectou falhas no Anexo de Metas Fiscais (AMF): não havia histórico patrimonial nem memória de cálculo das projeções e tampouco constavam comparações com exercícios pretéritos. Um assessor sustentou que tais peças seriam “facultativas”, bastando a tabela de metas primárias.

À luz da LRF, assinale o conteúdo obrigatório do AMF que foi indevidamente omitido.

- a) Avaliação do cumprimento das metas relativas ao bimestre anterior, com as justificativas dos desvios.
- b) Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita, excluída a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- c) Metas anuais apenas para resultado primário e nominal, dispensado o montante da dívida pública quando não houver aumento projetado.
- d) a estimativa do impacto fiscal, quando couber, das recomendações resultantes da avaliação das políticas públicas.
- e) Avaliação atuarial exclusivamente do Regime Geral de Previdência Social, por ser centralizada na União.

98. Durante uma crise setorial, o Poder Executivo federal editou medidas para “aliviar” o caixa das empresas por 6 meses:

- I) reduziu a **alíquota do IOF-Câmbio** incidente sobre operações de ingresso de recursos;
- II) concedeu **isenção de IRPJ** para microempresas de um subconjunto de CNAEs;
- III) autorizou **anistia de multas e juros** de créditos não tributários inscritos em dívida ativa de autarquias.

A área técnica questionou se todas as medidas deveriam vir acompanhadas da estimativa do impacto orçamentário-financeiro e de medida compensatória (art. 14 da LRF). À luz da LRF, assinale a alternativa correta:

- a) Somente a medida I dispensa a estimativa e a compensação previstas na LRF.
- b) As medidas I e II dispensam a estimativa e a compensação, pois se destinam a mitigar crise econômica.
- c) As medidas I e III exigem estimativa e compensação; apenas a II dispensa, por alcançar microempresas.
- d) Todas as três medidas exigem estimativa e compensação, pois reduzem receita.
- e) As medidas II e III exigem estimativa e compensação; apenas a I está dispensada das exigências estabelecidas pela responsabilidade fiscal.

99. Para padronizar a consolidação das contas do ente “Beta”, a Controladoria-Geral editou norma interna determinando que:

- (i) *todas as obrigações assumidas sejam reconhecidas no momento em que surgirem,*
- (ii) *a execução orçamentária continue observando o regime legal próprio, e*
- (iii) *as disponibilidades de caixa respeitem finalidades legalmente estabelecidas.*

À luz da LRF, da Lei nº 4.320/1964 e do MCASP (11ª ed.), é correto afirmar que, na escrituração das contas públicas:

- a) a assunção de compromissos será registrada segundo o regime de competência.
- b) a despesa orçamentária e o resultado dos fluxos financeiros serão apurados integralmente pelo regime de caixa.
- c) a disponibilidade de caixa será mantida em conformidade com o princípio da não vinculação, independentemente de afetações legais.
- d) as inscrições em restos a pagar são realizadas sem condicionantes relacionadas ao ciclo de mandato.
- e) as operações de crédito somente serão registradas contabilmente até o limite legal de despesas com pessoal.

100. Acerca do regime de adiantamento, assinale o que consta corretamente

- a) O regime de adiantamento caracteriza-se pela destinação de recursos financeiros a servidor público estadual, para a realização de despesa pública que não possa se subordinar ao processo normal de aplicação, dispensando empenho em dotação própria, uma vez que esta será comprovada na prestação de contas, momento em que ocorrerá a despesa pública pelo enfoque orçamentário.
- b) Considera-se motivo impeditivo de realização da despesa por processo normal de aplicação, a necessidade de aquisição de bens ou de contratação de serviços, devidamente especificada e justificada pelo requisitante do adiantamento e aprovada pelo ordenador de despesa, que não possa aguardar os trâmites normais ou ocorra em casos excepcionais em razão de emergência ou urgência.
- c) A concessão do adiantamento será formalizada por meio de requisição de adiantamento e corresponderá múltiplos empenhos.
- d) O ordenador de despesa poderá autorizar utilização de recurso financeiro após a expiração do prazo de aplicação do adiantamento.
- e) O servidor que receber adiantamento é obrigado a prestar contas de sua aplicação e se não a fizer no prazo assinalado, proceder-se-á, ao fim da prestação de contas anual da gestão, à tomada de contas, sem prejuízo das providências administrativas para a apuração das responsabilidades e imposição das penalidades cabíveis.

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Rodrigo Rennó

101. No campo da avaliação de políticas públicas, há procedimentos destinados a examinar resultados que somente podem ser identificados após a

conclusão da política, permitindo julgar a capacidade da intervenção de gerar mudanças reais na situação que motivou sua adoção. Esses procedimentos incluem a análise dos efeitos pretendidos e não pretendidos, dos impactos observáveis e da relação entre os objetivos e a transformação efetivamente alcançada.

Assinale a opção que corresponde a esse tipo de procedimento:

- a) Monitoramento, que verifica se insumos, atividades e produtos foram executados conforme o planejado.
- b) Avaliação formativa, que ajusta fluxos e processos durante a execução.
- c) Avaliação ex post, que examina resultados, efeitos e impactos após a implementação.
- d) Avaliação diagnóstica, destinada a identificar a viabilidade antes da execução.
- e) Avaliação de processos, que verifica a aderência entre execução e procedimentos internos.

102. Antes da implementação de uma política pública, pode ser necessário avaliar a consistência do diagnóstico, a adequação dos instrumentos, a coerência do desenho, a viabilidade operacional, a previsibilidade dos efeitos, os riscos associados às alternativas e a aderência da solução ao problema identificado. Essa análise ocorre antes da execução e orienta a tomada de decisão.

Esse procedimento é denominado:

- a) Avaliação ex ante, voltada ao exame prévio da viabilidade e consistência do desenho.
- b) Avaliação formativa, realizada durante a implementação.
- c) Avaliação somativa, que examina resultados posteriores.
- d) Avaliação de impacto, que busca transformações observáveis.
- e) Monitoramento, que acompanha indicadores.

103. Determinadas análises buscam avaliar a organização institucional que sustenta a política pública, incluindo a clareza das responsabilidades entre órgãos, a articulação entre níveis decisórios, os mecanismos de coordenação, a coerência normativa, a capacidade de gestão e os arranjos que permitem a execução integrada da intervenção. Essa abordagem foca na estrutura que dá suporte ao processo e não necessariamente nos resultados.

Essa análise corresponde ao exame da:

- a) Eficiência, centrada no uso racional de insumos.
- b) Governança, que analisa o arranjo institucional e os mecanismos de coordenação.
- c) Produtividade, associada à quantidade de entregas.
- d) Economicidade, que trata da minimização de custos.
- e) Efetividade, focada na transformação da realidade.

104. Determinados métodos de avaliação exigem que todos os elementos envolvidos — incluindo custos diretos, custos indiretos, benefícios imediatos e benefícios potenciais — possam ser quantificados em valores monetários, permitindo comparações objetivas entre alternativas de intervenção. Nesses métodos, somente se considera válida a comparação entre ações quando há capacidade de mensurar economicamente tanto os insumos quanto os efeitos produzidos, incluindo impactos sociais que podem ser expressos em termos financeiros.

Essa descrição corresponde ao método de:

- a) Análise de custo-efetividade, que compara alternativas com base em indicadores não monetários de resultado.
- b) Avaliação diagnóstica, que avalia a consistência e a viabilidade prévia da política pública.
- c) Monitoramento de eficiência, que acompanha apenas a relação entre insumos e produtos.
- d) Avaliação formativa, cujo foco está em ajustes durante a execução.

e) Análise de custo-benefício, que converte custos e benefícios em unidades monetárias para estabelecer a alternativa mais vantajosa.

105. Em análises avaliativas, quando se busca determinar se a política pública realmente alterou o fenômeno social que motivou sua criação — por exemplo, reduzindo a intensidade, a frequência ou os efeitos de determinado problema — está se utilizando um critério que ultrapassa o exame de metas operacionais e produtos administrativos, concentrando-se na alteração efetiva da realidade.

Esse critério denomina-se:

- a) Eficácia, pois mede o alcance de objetivos.
- b) Efetividade, pois analisa a transformação gerada no contexto social.
- c) Eficiência, que verifica o uso racional de insumos.
- d) Economicidade, que trata de custos.
- e) Produtividade, que se refere ao volume produzido.

106. Em processos avaliativos, determinadas metodologias consideram que a mensuração dos resultados não pode se limitar à verificação do alcance das metas previstas, mas deve incorporar o exame da consistência entre os mecanismos implementados, a lógica de intervenção originalmente formulada e os efeitos produzidos, sejam eles diretos ou indiretos. Essa perspectiva busca compreender a racionalidade interna da política e a coerência entre seus elementos estruturantes.

A abordagem descrita refere-se:

- a) à avaliação somativa, que toma como foco exclusivo o impacto final da política.
- b) ao monitoramento, que examina o desempenho operacional e físico-financeiro.
- c) à avaliação de impacto, que se concentra totalmente na mudança observável no problema.
- d) à avaliação da teoria do programa, que analisa a coerência lógica entre o desenho e os mecanismos de implementação.
- e) à avaliação diagnóstica, que antecede a política e estima sua viabilidade inicial.

107. A análise que examina a racionalidade da operação de uma política pública, observando se determinada quantidade de insumos produziu a máxima quantidade de produtos possíveis dentro de padrões técnicos adequados, corresponde a um dos critérios clássicos da avaliação. Ela responde à pergunta: “a política utilizou seus recursos de forma operacionalmente ótima?”

Esse critério avaliativo refere-se à:

- a) Efetividade, pois avalia transformações estruturais na realidade.
- b) Equidade, que verifica justiça distributiva.
- c) Excelência, voltada a normas de qualidade.
- d) Eficácia, que examina o alcance de objetivos.
- e) Eficiência, que compara insumos aplicados e produtos gerados.

108. Determinadas abordagens avaliativas são utilizadas durante a implementação de uma política pública para identificar falhas operacionais, revisar fluxos, ajustar mecanismos de coordenação e aprimorar a execução, evitando que inconsistências se prolonguem até o final do ciclo da intervenção.

Essa abordagem corresponde a:

- a) Monitoramento, que se limita ao acompanhamento de insumos e produtos.
- b) Avaliação ex post, realizada após o encerramento.
- c) Avaliação formativa, que busca corrigir e aperfeiçoar a política enquanto ela está em execução.
- d) Avaliação diagnóstica, aplicada exclusivamente antes da implementação.
- e) Avaliação de impacto, voltada a mudanças verificáveis no longo prazo.

109. Quando se avalia uma política pública sob o prisma da racionalidade no uso dos recursos, examina-se se houve obtenção e aplicação dos insumos necessários com o menor dispêndio possível, sem comprometer padrões técnicos ou requisitos mínimos de qualidade. Esse critério é particularmente relevante em ambientes de escassez orçamentária, nos quais a comparação entre alternativas deve considerar o custo total envolvido.

Esse critério corresponde:

- a) À eficácia, pois verifica o grau de alcance de metas e objetivos.
- b) À eficiência, que observa a relação entre insumos e produtos.
- c) À economicidade, que avalia o uso mais econômico possível dos recursos públicos.
- d) À efetividade, que examina os impactos gerados na realidade.
- e) À produtividade, associada ao volume de entregas.

110. Durante a execução de uma política, pode-se realizar um procedimento avaliativo que vai além do simples acompanhamento de indicadores, incluindo análise estruturada de processos, identificação de gargalos, detecção de inconsistências operacionais e proposição de melhorias imediatas. Esse procedimento busca aperfeiçoar continuamente a implementação.

Esse procedimento corresponde a:

- a) Avaliação ex post.
- b) Avaliação de impacto.
- c) Avaliação de governança.
- d) Avaliação diagnóstica.
- e) Avaliação formativa (ou in itinere).

111. Um dos critérios centrais utilizados para avaliar políticas públicas busca verificar não apenas se os objetivos foram atingidos, mas se a intervenção promoveu mudanças perceptíveis e substantivas na situação que motivou sua implementação. Esse critério avalia se ocorreu transformação estrutural no fenômeno social analisado, distinguindo-se de outras medidas que se limitam ao cumprimento de metas ou ao uso racional dos recursos.

Esse critério avaliativo denomina-se:

- a) Efetividade, que examina a transformação real do problema público que originou a política.
- b) Eficiência, pois se concentra na relação entre insumos utilizados e produtos gerados.
- c) Economicidade, que prioriza o uso adequado dos recursos.
- d) Excelência, orientada a padrões normativos de qualidade.
- e) Eficácia, pois analisa exclusivamente o alcance dos objetivos operacionais.

112. Em determinadas análises de políticas públicas, busca-se identificar se a estrutura institucional responsável pela intervenção apresenta capacidade de coordenação, alinhamento decisório, clareza de papéis, mecanismos de controle, prevenção de riscos e arranjos adequados para garantir a execução consistente da política. Tal análise não se concentra nos resultados, mas sim na arquitetura de suporte à ação governamental.

Essa abordagem corresponde:

- a) à avaliação de efetividade, pois examina se houve transformação real da realidade.
 - b) à avaliação de conformidade, que revisa aderência aos procedimentos internos.
 - c) à avaliação de governança, que analisa a estrutura organizacional e os mecanismos de coordenação da política.
 - d) à avaliação somativa, centrada exclusivamente na continuidade da política.
 - e) à análise de custo-benefício, que compara alternativas de forma monetária.
-

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO*Gilmar Possati*

113. A Prefeitura de um município lançou o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) referente ao exercício de 2025 no valor total de R\$ 10.000.000,00. O fato gerador ocorreu em 1º de janeiro de 2025. Até 31 de dezembro de 2025, a arrecadação efetiva foi de R\$ 8.500.000,00. O restante foi inscrito em Dívida Ativa.

Considerando os procedimentos contábeis patrimoniais e orçamentários previstos no MCASP, assinale a opção que indica o impacto correto nas demonstrações contábeis do exercício de 2025.

- a) O Balanço Orçamentário registrará uma Receita Realizada de R\$ 10.000.000,00.
- b) A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará uma Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) de R\$ 8.500.000,00.
- c) O Balanço Orçamentário registrará uma Receita Realizada de R\$ 8.500.000,00 e a DVP uma VPA de R\$ 10.000.000,00.
- d) A inscrição em Dívida Ativa gera uma Variação Patrimonial Aumentativa de R\$ 1.500.000,00 no momento da inscrição.
- e) Não há reconhecimento de VPA no momento do lançamento, apenas no momento da arrecadação, em obediência ao regime de caixa.

114. O Balanço Orçamentário do Município Audazes dos Pampas apresentou, ao final do exercício de 20X1, as seguintes informações consolidadas:

- Receita Prevista: R\$ 100.000,00
- Receita Arrecadada: R\$ 95.000,00
- Despesa Fixada: R\$ 100.000,00
- Despesa Empenhada: R\$ 98.000,00
- Despesa Liquidada: R\$ 90.000,00
- Despesa Paga: R\$ 85.000,00

Considerando a estrutura do Balanço Orçamentário, assinale a opção que indica corretamente o

resultado orçamentário do exercício e o saldo da dotação:

- a) Déficit Orçamentário de R\$ 3.000,00 e Economia Orçamentária de R\$ 2.000,00.
- b) Superávit Orçamentário de R\$ 5.000,00 e Economia Orçamentária de R\$ 10.000,00.
- c) Déficit Orçamentário de R\$ 3.000,00 e Economia Orçamentária de R\$ 10.000,00.
- d) Superávit Orçamentário de R\$ 10.000,00 e Economia Orçamentária de R\$ 2.000,00.
- e) Déficit Orçamentário de R\$ 5.000,00 e Economia Orçamentária de R\$ 2.000,00.

115. O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Em relação à estrutura e aos lançamentos no Balanço Financeiro, assinale a afirmativa correta:

- a) O pagamento de Restos a Pagar Processados é registrado como Despesa Orçamentária no exercício do pagamento.
- b) As Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas são registradas como Receitas e Despesas Orçamentárias, respectivamente, afetando o resultado orçamentário.
- c) O saldo em espécie do exercício anterior e o saldo para o exercício seguinte compõem o resultado financeiro do exercício, sendo registrados como variações patrimoniais.
- d) O pagamento de Restos a Pagar (Processados ou Não Processados) é registrado na coluna de "Dispêndios" como uma operação extraorçamentária, pois a despesa orçamentária já foi registrada no exercício da emissão do empenho.
- e) A inscrição de Restos a Pagar é registrada no Balanço Financeiro como uma receita orçamentária para compensar a despesa empenhada e não paga.

116. Ao final do exercício financeiro de 20X1, a Contabilidade do Município Audazes dos Pampas apurou, por meio da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), um **Superávit Patrimonial** do exercício no valor de R\$ 5.000.000,00. No momento da elaboração e apresentação do **Balanço Patrimonial** encerrado em 31/12/20X1, de acordo com as regras do MCASP e a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), esse resultado deve ser:

- a) Mantido em uma conta específica denominada "Resultado do Exercício", destacada logo abaixo da conta de "Resultados Acumulados" no grupo do Patrimônio Líquido.
- b) Transferido integralmente para a conta de "Ajustes de Avaliação Patrimonial", uma vez que representa a valorização dos ativos do ente no período.
- c) Incorporado ao saldo da conta "Superávits ou Déficits Acumulados", não figurando, no Balanço Patrimonial anual, uma linha específica de "Resultado do Exercício".
- d) Classificado no Passivo Não Circulante, como uma obrigação do ente para com a sociedade, denominada "Resultado a Destinar".
- e) Transferido para a conta de "Reservas de Capital", pois representa um aumento da riqueza líquida do ente que não pode ser distribuído.

117. A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

Analise as seguintes operações ocorridas no Município Audazes dos Pampas durante o exercício de 20X1:

- I. Lançamento de impostos no valor de R\$ 500.000,00.
- II. Aquisição de um veículo à vista por R\$ 80.000,00.
- III. Consumo de material de expediente do estoque no valor de R\$ 5.000,00.
- IV. Recebimento de um imóvel em doação no valor de R\$ 200.000,00.

O impacto líquido no **Resultado Patrimonial** do exercício (Déficit ou Superávit) decorrente exclusivamente dessas operações é:

- a) Superávit de R\$ 695.000,00.
- b) Superávit de R\$ 615.000,00.
- c) Superávit de R\$ 700.000,00.
- d) Superávit de R\$ 495.000,00.
- e) Superávit de R\$ 200.000,00.

118. O Estado Audazes do Sul firmou um acordo com o Governo Federal para utilizar um prédio histórico da União como sede de um novo museu estadual. O contrato, denominado "Cessão de Uso Onerosa", tem prazo de 50 anos. Pelo acordo, o Estado assume todos os riscos e benefícios inerentes à utilização do imóvel, é responsável por toda a manutenção e segurança, e decide exclusivamente sobre as atividades culturais que ali serão realizadas. A titularidade jurídica (escritura), contudo, permanece em nome da União.

À luz da NBC TSP Estrutura Conceitual e do princípio da primazia da essência sobre a forma, assinale a opção que indica corretamente como o Estado deve tratar contabilmente essa operação em seu Balanço Patrimonial:

- a) Não deve reconhecer o imóvel como Ativo, pois a propriedade legal pertence à União, devendo registrar a operação apenas em contas de controle (compensação) para fins de acompanhamento administrativo.
- b) Deve reconhecer o imóvel como Ativo, pois detém o controle do recurso e a expectativa de geração de potencial de serviços, independentemente da titularidade jurídica.
- c) Deve reconhecer apenas o direito de uso como um Ativo Intangível, uma vez que imóveis sem escritura não podem figurar no Ativo Imobilizado de entes públicos.
- d) Não deve reconhecer o Ativo, mas deve registrar uma Despesa Orçamentária de Capital pelo valor de mercado do imóvel no momento da assinatura do contrato.
- e) Deve reconhecer o imóvel como Ativo apenas se houver uma cláusula contratual prevendo a transferência da propriedade ao final dos 50 anos; caso contrário, trata-se de despesa de aluguel.

119. O Contador Geral do Município Audazes dos Pampas está finalizando o Balanço Patrimonial do exercício. Ele se depara com uma situação envolvendo uma grande obra de infraestrutura em andamento, cuja mensuração exata depende de um laudo de engenharia complexo que demorará mais 3 meses para ficar pronto.

Se o contador esperar pelo laudo, o valor do ativo será exato, livre de erros, mas o balanço será publicado após o prazo legal e após a votação do orçamento do ano seguinte pela Câmara Municipal. Se o contador utilizar uma estimativa técnica confiável disponível hoje, o balanço será publicado no prazo, permitindo que os vereadores usem a informação para decidir sobre o orçamento, embora o valor possa sofrer ajustes futuros.

O contador decide publicar o balanço imediatamente, utilizando a estimativa. À luz da NBC TSP Estrutura Conceitual, essa decisão reflete o equilíbrio (balanceamento) entre quais características qualitativas?

- a) Priorizou a **Tempestividade** em detrimento da **Verificabilidade**, pois a informação precisa ser útil para a prestação de contas.
- b) Buscou equilibrar a **Tempestividade** com a **Representação Fidedigna**, reconhecendo que a informação, se não for tempestiva, pode perder sua Relevância.
- c) Priorizou a **Relevância** em detrimento da **Comparabilidade**, visto que a estimativa prejudica a comparação com exercícios anteriores.
- d) Feriu a característica da **Compreensibilidade**, pois o uso de estimativas torna a informação obscura para o usuário cidadão.
- e) Priorizou a **Prudência** em detrimento da **Neutralidade**, ao escolher o valor estimado para evitar subavaliação de passivos.

120. Um Estado da Federação possui um grande hospital público que foi construído há 30 anos. O prédio está em pleno funcionamento, prestando serviços de saúde gratuitos à população, e não há intenção de vendê-lo. Recentemente, a contabilidade do Estado precisou atualizar o valor desse ativo no Balanço Patrimonial, pois o custo histórico estava totalmente depreciado e não refletia a realidade econômica do bem.

Considerando que o objetivo do ativo é a prestação de serviços (e não a geração de fluxos de caixa líquidos positivos) e que, caso o Estado perdesse esse hospital, precisaria construir outro com a mesma capacidade de atendimento para manter o serviço público, qual é a base de mensuração a valor corrente mais apropriada para avaliar esse ativo, segundo a NBC TSP Estrutura Conceitual?

- a) Valor de Mercado, pois reflete o preço que seria recebido pela venda do hospital em uma transação não forçada entre participantes do mercado.
 - b) Custo de Reposição (ou Custo de Substituição), pois reflete o custo para adquirir ou construir um ativo com potencial de serviços semelhante ao do ativo existente.
 - c) Valor em Uso, calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera obter com a operação do hospital.
 - d) Preço Líquido de Venda, deduzindo-se as despesas estimadas de venda do valor justo do imóvel.
 - e) Custo Histórico Corrigido, aplicando-se apenas a correção monetária oficial acumulada desde a data de construção até o presente.
-

Discursiva 1

A atividade de auditoria interna governamental, exercida pelas Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) no Poder Executivo Estadual, possui um Referencial Técnico que estabelece princípios, conceitos e diretrizes. Esta atividade visa aumentar e proteger o valor organizacional, a partir da avaliação e melhoria da eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.

Com base no tema abordado no texto motivador, responda aos seguintes tópicos:

- a) Descreva o Propósito central da atividade de auditoria interna governamental, e diferencie, com base na natureza e determinação do escopo, os Serviços de avaliação dos Serviços de consultoria.
- b) Apresente os Princípios Fundamentais para a Prática da Atividade de Auditoria Interna Governamental e, com base nos Requisitos Éticos, explique como a autonomia técnica e a objetividade devem ser asseguradas pelos auditores internos governamentais.
- c) Explique a estrutura de três linhas de defesa da gestão contempladas pela estrutura de controles internos dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, detalhando as responsabilidades da Primeira Linha de Defesa, da Segunda Linha de Defesa e da Terceira Linha de Defesa.
- d) Enumere e defina os cinco Componentes dos controles internos da gestão que a avaliação deve considerar, conforme detalhado no Referencial Técnico, destacando o propósito de cada um deles.

Resposta em até 60 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Discursiva 2

A Constituição Federal deu importância relevante à moralidade administrativa, incluindo-a como princípio constitucional expresso, exigindo uma atuação proba, ética e honesta da administração pública. o dispositivo de maior importância é o § 4º do art. 37 da Constituição Federal, que estabelece a base para a responsabilização dos atos de improbidade administrativa, prevendo consequências como a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.

Com base no tema abordado no texto motivador, responda aos seguintes tópicos:

- a) Apresente o conceito de ato de improbidade administrativa e sua natureza. Além disso, discorra sobre o elemento subjetivo exigido para a tipificação de condutas na lei de improbidade administrativa (LIA), incluindo a tese do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema.
- b) Defina agente público para os fins da lei de improbidade administrativa (LIA) e detalhe as condições de responsabilização do terceiro que induz ou concorre dolosamente para a prática do ato de improbidade. Explique, ainda, como se dá a responsabilização dos sócios, cotistas, diretores e colaboradores de Pessoa Jurídica.
- c) Apresente a classificação dos atos de improbidade administrativa previstos na lei de improbidade administrativa (LIA). Em seguida, distinga os atos que importam enriquecimento ilícito dos atos que causam lesão ao erário quanto à sua característica central e ao tipo de rol (taxativo ou exemplificativo) de condutas.
- d) Discorra sobre a aplicação das sanções de suspensão dos direitos políticos e de proibição de contratar com o poder público, especificando os prazos máximos para as espécies de ato que importam enriquecimento ilícito e ato que causa lesão ao erário. analise, adicionalmente, o prazo prescricional para a ação de aplicação das sanções da LIA.

Resposta em até 60 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
